

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO CIÊNCIAS CONTÁBEIS

NISSELY SILVANO

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: UM ESTUDO DE CASO EM
UMA CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULOS DE CRICIÚMA-SC.**

CRICIÚMA
2013

NISSELY SILVANO

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: UM ESTUDO DE CASO EM
UMA CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULOS DE CRICIÚMA – SC.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
para obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Contábeis, da Universidade do
Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof^º Clayton Schueroff

CRICIÚMA

2013

NISSELY SILVANO

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: UM ESTUDO DE CASO EM
UMA CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULOS DE CRICIÚMA – SC.**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis. da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Criciúma, 29 de novembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Profº Clayton Schueroff - Especialista - (UNESC) - Orientador

Profº. Ademir Borges – Especialista - (UNESC) - Examinador

Profº Realdo da Silva – Especialista – (UNESC)- Examinador

Dedico o mérito desta conquista,
à minha mãe,
à meu namorado,
e a todos aqueles que de alguma forma
contribuíram na realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, graças a Ele que me deu forças pra concluir mais uma etapa da minha vida.

Em seguida gostaria de agradecer a minha mãe, que apostou em mim e sempre me deu carinho e compreensão, e que me encorajou para seguir nessa caminhada.

Agradeço a meu namorado que foi uma pessoa especial e compreensiva nesta caminhada.

Agradeço a meus colegas e amigos de faculdade, Andréia Dal Pont Burigo, Camila Pavei Gava, Juliane Matheus Manoel, que contribuíram me divertindo e encorajando nesta etapa marcante em nossas vidas, em especial gostaria de agradecer a Bruna Pavei, Amanda Soares e Marcelo Zanette, que nos últimos semestres a nossa amizade foi intensificada, pessoas que por muitas vezes foram responsáveis pelas risadas nos momentos de descontração, e com quem muitas vezes pude contar em momentos difíceis. Muito obrigada pelo apoio, e é claro pela amizade.

Agradeço a meu orientador Clayton Schueroff pelo incentivo e amizade em toda a trajetória da realização deste trabalho.

Enfim agradeço a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para a conclusão deste trabalho.

“Queremos ter certezas e não duvidas, resultados e não experiências, mas nem mesmo percebemos que as certezas só podem surgir através das dúvidas e os resultados somente através das experiências .”

(Carl Gustav Jung)

RESUMO

SILVANO, Nissely. **Análise das demonstrações contábeis: um estudo de caso em uma concessionária de veículos de Criciúma – SC.** 2013 . 60p.

Orientador: Clayton Schueroff. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma- SC.

O presente trabalho tem por finalidade apresentar a análises das demonstrações contábeis de uma concessionária de veículos. Na realização deste trabalho se fez necessário o desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica, onde abordou-se as ferramentas usadas para concluir essa análise. Realizou-se a pesquisa quantitativa e qualitativa nos dados fornecidos pela entidade. Apresentou-se a situação patrimonial da empresa por meio da análise vertical e horizontal, utilizou-se também a análise dos indicadores econômico-financeiros e operacionais da empresa, que fornecem informações possibilitando o controle e acompanhamento de suas atividades facilitando a gestão da empresa, e permitem que a mesma defina e alcance as metas pré-estabelecidas. A evolução de seus resultados foi evidenciada por meio de gráficos para melhor demonstrar a situação em que se encontra a empresa. Destacou-se que por meio das análises realizadas que é possível levar aos gestores o desempenho econômico financeiro da entidade, que o conhecimento do histórico e o acompanhamento dos resultados auxiliam em todo processo decisório, possibilitando assim o aumento da lucratividade.

Palavras chave: Desempenho econômico financeiro. Demonstrações contábeis. Análise das demonstrações contábeis

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Balanço patrimonial.....	18
Quadro 2 - Estrutura da demonstração do resultado de acordo com a lei das S.A....	21
Quadro 3 - Tripé da análise.....	24
Quadro 4 - Fórmula para calcular índice de Liquidez Corrente.....	25
Quadro 5 - Fórmula para calcular índice de Liquidez Seca.....	26
Quadro 6 - Fórmula para calcular índice de liquidez geral.	27
Quadro 7 - Fórmula para calcular índice de liquidez imediata.	28
Quadro 8 - Fórmula para calcular a Margem de Lucro.....	29
Quadro 9 - Fórmula para calcular o retorno de investimento total.....	30
Quadro 10 - Fórmula para calcular o retorno sobre o patrimônio líquido.	30
Quadro 11 - Fórmula para calcular a participação de terceiros.....	32
Quadro 12 - Fórmula para calcular a Imobilização do capital próprio.	32
Quadro 13 - Fórmula para calcular a composição do endividamento.	33
Quadro 14 - Fórmula para calcular o prazo médio de recebimento de vendas.	34
Quadro 15 - Fórmula para calcular o prazo médio de pagamento a fornecedor.	36
Quadro 16 - Estrutura para calcular o prazo médio de renovação de estoques	406
Quadro 17 - Estrutura organizacional.....	40
Quadro 18 - Análise vertical do ativo.....	42
Quadro 19 - Análise vertical do ativo.....	43
Quadro 20– Análise vertical da demonstração do resultado do exercício.....	44
Quadro 21 – Análise horizontal do ativo.....	45
Quadro 22 – Análise horizontal do passivo.	46
Quadro 23 – Análise horizontal da demonstração do resultado do exercício.....	47
Quadro 24 – Indicadores de prazos médios.....	57

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Liquidez corrente	48
Gráfico 2 – Liquidez seca	49
Gráfico 3 – Liquidez geral.	50
Gráfico 4 – Liquidez imediata.	51
Gráfico 5 – Margem de lucro	52
Gráfico 6 – Retorno de investimento total.	52
Gráfico 7 – Retorno sobre o patrimônio líquido.	53
Gráfico 8 – Participação de terceiros.	54
Gráfico 9 – Imobilização do capital próprio.....	55
Gráfico 10 – Composição do endividamento.....	56

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 TEMA E PROBLEMA	12
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 Objetivo geral	13
1.2.2 Objetivos específicos.....	13
1.3 JUSTIFICATIVA	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
2.1 AS CONCESSIONÁRIAS.....	15
2.2 HISTÓRICO DA CONTABILIDADE.....	16
2.2.1 Atribuições do contador	16
2.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	17
2.3.1 Balanço patrimonial	17
2.3.1.1 Ativo	18
2.3.1.2 Passivo	19
2.3.1.3 Patrimônio líquido.....	20
2.3.2 Demonstrações do resultado do exercício - DRE	21
2.4 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	22
2.4.1 Análise horizontal	23
2.4.2 Análise vertical	23
2.4.3 Tripé da Análise.....	24
2.4.3.1 Índices de liquidez	24
2.4.3.2 Liquidez corrente.....	25
2.4.3.3 Liquidez Seca.....	26
2.4.3.4 Liquidez geral	27
2.4.3.5 Liquidez imediata	28
2.4.4 Índices de rentabilidade.....	28
2.4.4.1 Margem de lucro	29
2.4.4.2 Retorno de investimento total.....	29
2.4.4.3 Retorno sobre o patrimônio líquido	30
2.4.5 Índices de endividamento.....	31
2.4.5.1 Participação de terceiros	31

2.4.5.2 Imobilização do capital próprio	32
2.4.5.3 Composição do endividamento	33
2.4.6 Indicadores de prazos médios	33
2.4.6.1 Prazo médio de recebimento de vendas (PMRV)	34
2.4.6.2 Prazo médio de pagamento das compras (PMPC)	35
2.4.6.3 Prazo médio de renovação dos estoques (PMRE).....	35
2.4.6.4 Ciclo operacional.....	36
3 METODOLOGIA.....	37
4 ESTUDO DE CASO	39
4.1 INÍCIO DA HISTÓRIA NO BRASIL	39
4.2 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA.....	40
4.3 PROCEDIMENTOS PARA OS DADOS COLETADOS	41
4.3.1 Análise e apresentação dos dados coletados	41
4.3.1.1 Análise da situação patrimonial.....	41
4.3.1.2 Análise vertical (AV)	41
4.3.1.3 Análise horizontal (AH).....	44
4.3.2 Análise dos Índices.....	48
4.3.2.1 Liquidez Corrente	48
4.3.2.2 Liquidez Seca.....	49
4.3.2.3 Liquidez Geral.	50
4.3.2.4 Liquidez Imediata	50
4.3.3 Índices de Rentabilidade	51
4.3.3.1 Margem de Lucro	51
4.3.3.2 Retorno de investimento total.....	52
4.3.3.3 Retorno sobre o patrimônio líquido	53
4.3.4 Índice de Endividamento	54
4.3.4.1 Participação de terceiros	54
4.3.4.2 Imobilização do Capital Próprio.....	54
4.3.4.3 Composição do endividamento	55
4.3.5 Indicadores de prazos médios	56
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS.....	59

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo será apresentado o Tema e o Problema do estudo e na sequência serão apresentados os Objetivos gerais, Específicos e Justificativa deste trabalho.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Atualmente muito se fala no papel das informações que uma empresa possui sobre a realização de seus negócios. No que trata de informações, a análise das demonstrações contábeis faz parte de uma ferramenta importante na tomada de decisão e também contribui para a formação de estratégias para o negócio.

A análise econômico-financeira mostrará a eficiência da empresa e o comportamento de seu ciclo operacional-financeiro. Os indicadores de liquidez, endividamento e capital de giro qualificam também financeiramente a empresa, evidenciando a necessidade de captação de recursos.

Neste contexto, faz-se necessário a utilização de métodos de análises das demonstrações contábeis, que serão produzidas pela empresa a partir dos fatos ocorridos na organização, facilitando a tomada de decisão mais assertiva.

Com finalidade gerencial, a análise das demonstrações contábeis tem trazido aos gestores bons resultados, pois as informações geradas pela análises possibilitam que a empresa veja a sua situação atual e projete suas ações futuras.

Sendo assim, a análise das demonstrações contábeis possibilita, aos seus gestores conheçam as necessidades da organização, ajudando áreas que estão com problemas.

Com a intenção de auxiliar os gestores de uma concessionária de veículos de Criciúma, permitindo que se entenda o que se passa na contabilidade, e consequentemente na concessionária em termos operacionais, será realizado uma análise de seus demonstrativos.

Diante deste exposto levanta-se o seguinte problema: Como as informações geradas por meio de análise das demonstrações contábeis podem auxiliar uma concessionária de veículos de Criciúma na tomada de decisão?

1.2 OBJETIVOS

Nesta parte serão apresentados os objetivos gerais e os específicos deste trabalho de conclusão de curso.

1.2.1 Objetivo geral

Demonstrar o auxílio que a análise das demonstrações contábeis pode gerar para uma concessionária de veículos, permitindo que ao observar os elementos patrimoniais, seja possível tomar decisões de forma assertiva.

1.2.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos deste estudo são:

- Identificar as teorias da Análise das Demonstrações Contábeis;
- Conhecer o processo das Análises das Demonstrações Contábeis e a sua utilização para facilitar aos seus usuários na tomada de decisão;
- Demonstrar os índices e analisar o aspecto econômico - financeiro da empresa;
- Verificar a situação patrimonial da empresa.

1.3 JUSTIFICATIVA

As transformações advindas da globalização fazem com que as empresas se tornem cada vez mais vulneráveis quanto o futuro da organização, assim ocorre à necessidade de se interpretar as constantes mudanças de cenário juntamente com a análise das demonstrações contábeis que ela possui.

Os demonstrativos contábeis contêm informações que são de interesse dos usuários internos e externos. A análise das demonstrações precisa ser interpretada de forma correta, através de métodos específicos, para que assim possam ser compreendidas pelos interessados.

A análise das demonstrações contábeis é uma ferramenta que auxilia a gestão da empresa em uma tomada de decisão mais assertiva, tendo como consequência o alcance das metas planejadas, a importância dos indicadores

econômico-financeiros das empresas é como um elemento de análise de desempenho da mesma em um determinado período de tempos. Possibilitando realizar projeções e estimativas sobre a evolução de empresas usando como base os elementos obtidos na análise dos números.

No que se diz a respeito da contribuição prática, procura auxiliar aos profissionais que atuam na área contábil, informando os métodos existentes para a análise, demonstrando a necessidade examinar de fato as informações produzidas pela contabilidade. Um profissional analista na empresa significa transparência aonde estes dados serão interpretados e expostos de uma maneira mais clara para serem compreendidas pela gestão da empresa.

Desta forma a prática da análise das demonstrações contábeis na empresa objeto do estudo de caso deste trabalho, contribuirá para o melhor entendimento dos resultados obtidos. A partir destas informações a gestão da empresa terá uma visão mais clara da sua situação atual, permitindo que sejam revistos os processos.

De acordo com Matarazzo (2010) o analista de balanço preocupa-se com as demonstrações financeiras que por sua vez, precisam ser transformadas em informações que permitam concluir se a empresa merece crédito ou não.

As pessoas legais da gestão devem estar cientes do que se passa na empresa, pois sem as informações devidas e corretas, as chances de errar se tornam maiores, e deixam de ter domínio sobre a operacionalidade da empresa.

Este estudo evidencia a importância da análise das demonstrações contábeis para a compreensão da situação econômico-financeira, e do andamento das atividades da organização, por meio de um estudo de caso.

Sendo assim entende-se a importância da análise e interpretação das demonstrações contábeis.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo será abordado o referencial teórico que fundamenta o tema escolhido, faz-se uma breví leitura do que são as concessionárias. Em seguida, apresentam-se as estruturas das demonstrações contábeis, e por fim demonstram-se as técnicas para a análise das demonstrações contábeis de uma concessionária de veículos no município de Criciúma – SC.

2.1 AS CONCESSIONÁRIAS

Este tópico traz considerações sobre as concessionárias devido a empresa em questão a ser o estudo de caso é uma concessionária de veículos.

As histórias das primeiras concessionárias tiveram início quando Henry Ford, produziu o primeiro Ford , o automóvel parece ter sido um dos produtos de maior sucesso de consumo no mundo(PIERITZ 2003).

De acordo com Calixto (2008) Henry Ford começou a produzir seus automóveis em 1903, ele lançou o Ford modelo T. Henry Ford acreditava que seria possível construir um milhão de automóveis e o modelo T era o carro desenvolvido para isto. Desde então fabricados, até hoje, eles tem sofrido constantes aperfeiçoamentos tecnológicos.

Cada vez mais são incorporadas aos automóveis, qualidades, que proporcionam ao usuário, maior conforto, segurança, agilidade e desempenho. Em razão de tanto consumo, não é de se admirar o interesse que os países têm em incorporar em sua lista de produtos os da indústria de automóvel(PIERITZ 2003).

A cadeia de produção automobilística é muito extensa e variada. Para conseguir manter e atrair mais consumidores, os países precisam oferecer condições adequadas na preparação de pessoas para trabalhar com tecnologias desenvolvidas, bem como incrementar políticas de incentivo propícias para a indústria. Essas políticas favorecem a geração de empregos que por sua vez eleva a renda dos indivíduos.

A ligação entre indústria de automóvel e os consumidores é feito pelas concessionárias, incumbidas de distribuir os veículos .

2.2 HISTÓRICO DA CONTABILIDADE

A contabilidade surgiu na antiguidade através da necessidade que o homem sentiu para organizar e controlar seus bens. Decorrente disto a evolução iniciou com o crescimento da humanidade e com o desenvolvimento de métodos para controle patrimonial.

Para Junior e Begalli (2009, p. 02) a contabilidade teve seu início em tempos remotos, e teve sua primeira divulgação na metade do século XV por meio da obra do Frei Luca Pacioli que foi intitulada de *Tractatus de computis et scripturis*, obra que fala sobre o método das partidas dobradas.

O autor enfatiza que a evolução da contabilidade se deu através do desenvolvimento e sofisticação do comércio, e começou a ter a influência de outros profissionais da contabilidade com objetivos e problemas diferentes do que faziam parte da escola italiana.

Ribeiro (2009, p.19) afirma que:

Ao identificarmos que a contabilidade teve seu início com os povos primitivos, tudo nos leva a crer que é com o surgimento da linguagem escrita dos números que referida Ciência ganha o seu destaque, considerando o próprio termo “contabilidade” derivado do latim *computabilis*. Esses fenômenos dos números com a própria relação social da procura do homem em satisfazer suas necessidades, no início através do comércio de escambo, depois surge à moeda intensificando trocas diretas, indiretas e o empréstimo.

Desde então a contabilidade vem sofrendo mudanças, e se aperfeiçoando para proporcionar informações necessárias para a administração da empresa.

2.2.1 Atribuições do contador

Tem-se conhecimento da necessidade do profissional contábil se especializar não somente uma área, sendo assim deve-se aprimorar mais abrangentes de suas funções, não somente se baseando na informação em contabilidade e na tecnologia contábil.

De acordo com Sá (2002, p. 30):

É necessário aprimorar não somente os conhecimentos específicos e conhecimentos em tecnologia contábil, mais também entender assuntos complementares como Administração, Economia, Direito, entre outros, os quais auxiliam no melhor desempenho de seu trabalho.

Diante disso destaca-se, a importância do contador na sua função de execução de seus serviços. Conforme Matarazzo (2010) o papel do contador é fornecer as demonstrações financeiras para os acionistas, administradores financeiros e dirigentes.

Franco (1992 p. 22) afirma que a finalidade do profissional contábil é “assegurar o controle do patrimônio administrado e fornecer informações sobre sua composição e as suas variações patrimoniais, bem como o resultado das atividades econômicas desenvolvidas pela entidade para alcançar seus fins sejam eles de lucro ou meramente sociais”.

2.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Neste momento será apresentada a estrutura das demonstrações contábeis utilizadas para realizar o estudo de caso do presente trabalho, bem como serão executadas, afim de que seja possível o entendimento do estudo.

2.3.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é uma demonstração contábil que tem por finalidade apresentar a posição contábil e financeira de uma entidade em determinada data representando uma posição estática. De acordo com Íldicibus; Martins e Gelbcke (2003 p. 29) “o balanço tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em uma determinada data, representando portanto, uma posição estática”.

Conforme a afirmativa de Braga (2006, p. 79) “as contas do balanço sejam classificadas segundo os elementos do patrimônio que elas representam, sendo agrupadas de modo a facilitar o conhecimento da situação financeira da empresa”.

O Balanço Patrimonial é classificado em três grupos: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. No ativo estão às contas que representam os bens e direitos, organizadas por grau de liquidez em dois grupos: Ativo Circulante e Ativo Não-Circulante. As obrigações e dívidas da empresa ficam dispostas no Passivo classificados em Passivo Circulante e Passivo Não - Circulante. No Patrimônio

Líquido é composto por elementos que a origem dos recursos próprios (RIBEIRO, 2009).

O Balanço Patrimonial, apesar de se apresentar de forma estática, necessitando de demonstrativos auxiliares para a que a informação seja mais clara, ainda é uma peça contábil fundamental, devido à quantidade de informações existentes em suas entrelinhas.

De acordo com Assaf Neto (2012, p.57):

[...] pelas relevantes formações de tendências que podem ser extraídas de seus diversos grupos de contas, o balanço servirá como elemento de partida indispensável para o conhecimento da situação econômica e financeira de uma empresa.

O quadro 1 apresenta a estrutura do Balanço Patrimonial segundo o entendimento de Assaf Neto (2012, p. 59):

Quadro 1 - Balanço patrimonial.

ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
Realizável a Longo Prazo	Patrimônio Líquido
Investimento	Capital Social
Imobilizado	Reservas de Capital
Intangível	Ajustes de Avaliação Patrimonial
	Reservas de Lucros
	(-) Ações de Tesouraria
	(-) Prejuízos Acumulados

Fonte: Assaf Neto (2012, p. 59).

Conclui-se então que o Balanço Patrimonial é o principal demonstrativo contábil existente, pois nele encontram-se todos os registros dos fatos ocorridos no período do exercício, porém de maneira estática.

2.3.1.1 Ativo

No grupo Ativo estão relacionados os bens e os direitos da entidade. O Ativo pode ser dividido em Ativo Circulante e Ativo não Circulante, que geralmente

representam os bens e os direitos da organização, classificadas em ordem decrescente de liquidez.

Desta forma Braga (2006, p. 79) retrata que:

O ativo circulante contempla os investimentos circulantes, ou seja, as aplicações em disponibilidades financeiras (caixa, bancos, aplicações em títulos vinculados ao mercado aberto, de liquidez imediata), bem como os direitos de crédito sobre clientes e outros devedores por operações realizadas em longo prazo (contas a receber, duplicatas a receber, clientes), os estoques (mercadorias, matérias primas, produtos em elaboração, produtos acabados) e outros bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte – curto prazo, isto é 12 meses da data do balanço, caso a classificação não tenha como base a duração do ciclo operacional.

Sendo assim, entende-se que no Ativo Circulante compreende as contas que tem capacidade imediata de se transformar em dinheiro em curto prazo.

No Ativo não Circulante se encontram as contas que tem seu vencimento superior aos 12 meses caso a classificação não tenha como base a duração do ciclo operacional, como por exemplo: duplicatas a receber em longo prazo, participação acionária em empresas coligadas e controladas, prédios e terrenos, veículos, máquinas, acessórios e equipamentos. Estas contas se encontram últimas linhas do balanço nas contas do ativo, devido ao seu baixo de rotação nas contas (ASSAF NETO, 2002).

Contudo, entende-se que o ativo representa os bens e direitos da empresa, nos quais o investimento será necessário para efetuar a realização das atividades da organização de uma forma ideal.

2.3.1.2 Passivo

O Passivo compreende as origens de recursos representados pelas obrigações para com terceiros, resultantes de eventos ocorridos que exigirão ativos para a sua liquidação. Que da mesma forma que os Ativos são classificados como circulante e não circulante.

No Passivo Circulante são consideradas todas as contas que denotam dívidas ou obrigações que são de responsabilidade da empresa das quais os seus vencimentos ocorrerão até o final do exercício social seguinte ao do encerramento.

De acordo com Íldicibus (2008, p. 28) o Passivo “evidencia toda a obrigação (dívida) que uma empresa tem com terceiros: contas a pagar,

fornecedores de matéria-prima (a prazo), impostos a pagar, financiamentos, empréstimos etc”.

Ao passo que no Passivo não Circulante estão classificadas as obrigações com vencimento maior que os 12 meses, sendo classificado desta forma caso não tenha como base a duração do ciclo operacional da entidade.

Entende-se que o Passivo é o Capital de Terceiros, onde são registradas as obrigações que a empresa tem com terceiros.

2.3.1.3 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido demonstra os valores capital investido pelos sócios ou pelos acionistas, tendo eles o direito de receber o que foi investido, quando um optar pela saída da sociedade.

Íldicibus (2008, p. 29) afirma que o Patrimônio Líquido “evidencia recursos dos proprietários (primeira aplicação) é denominado, contabilmente, Capital. Se houver outras aplicações por parte dos proprietários (acionistas – S.A ou sócios – Ltda.), acréscimo de Capital”.

Fazem parte do Patrimônio Líquido as contas: Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações de Tesouraria e Prejuízos Acumulados.

De acordo com a afirmativa de Braga(2009, p.76) o “Capital subscrito é o montante de capital social emitido pela empresa cujo os acionistas assumiram o compromisso de integralizar.”

As Reservas de Capital são os valores conseguidos pela entidade em suas atividades normais e/ou eventuais; são Reservas de Capital as subscrições das ações que ultrapassem o seu valor nominal, e a parte dos preços das emissões das ações sem valor nominal que ultrapassem a importância destinada a formação de Capital Social. (BRAGA 2006)

Portanto o Patrimônio Líquido é uma conta importante, principalmente aos sócios ou acionistas no Balanço Patrimonial devido as informações que carrega consigo.

2.3.2 Demonstrações do Resultado do Exercício - DRE

A Demonstração do Resultado de Exercício é uma ferramenta que auxilia na apresentação da situação econômica à sócios e acionistas.

De acordo com Reis (2003, p. 71) a Demonstração do Resultado do Exercício “é uma peça contábil que mostra as suas operações sociais – lucro ou prejuízo – e que procura evidenciar o resultado operacional do período, ou seja, o resultado das operações principais e acessórias da empresa [...]”.

Conforme a afirmativa de Assaf Neto (2012, p. 76) a Demonstração de Resultados “visa fornecer, de maneira esquematizada, os resultados (lucro ou prejuízo) auferidos pela empresa em determinado exercício social, os quais são transferidos para as contas de Patrimônio Líquido”.

O autor evidencia que a legislação vigente estabelece a sequência dos elementos da demonstração para sua publicação, baseado nisso apresenta-se um exemplo de estrutura de Demonstração de Resultado de acordo com a Lei das S.A.

Quadro 2 - Estrutura da demonstração do resultado de acordo com a lei das S.A.

RECEITA BRUTA DE VENDAS E/OU SERVIÇOS
(-) Descontos Concedidos, Devoluções
(-) Impostos sobre vendas
= RECEITA LÍQUIDA
(-) Custo dos Produtos Vendidos e/ou Serviços Prestados
= RESULTADO BRUTO
(-) Despesas Gerais e Administrativas
(-) Despesas de Vendas
(+) Receitas Financeiras
(-) Despesas Financeiras
(-) Juros sobre Capital Próprio
(-) Outras Receitas Operacionais
(-) Outras Despesas Operacionais
= RESULTADO OPERACIONAL
(-) Provisão para IR e Contribuição Social
= RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES
(-) Participações
(-) Contribuições
(+) Reversão dos Juros sobre Capital Próprio
= RESULTADO (LUCRO/PREJUÍZO)LÍQUIDO DO EXERCÍCIO
LUCRO POR AÇÃO

Fonte: Assaf Neto (2012, p. 77).

Portanto o Demonstrativo de Resultado do Exercício apresenta todas as receitas, despesas e custos no processo produtivo de vendas. Onde colocam-se os

custos e despesas de forma que estes sejam deduzidos da receita de vendas, podendo resultar positivamente ou negativamente, dependendo da capacidade das receitas e despesas que estiverem envolvidas no cálculo.

2.4 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis apresentam os principais elementos patrimoniais de forma sintética, e quando são publicadas pode-se conhecer a situação patrimonial da entidade. Como os elementos patrimoniais são apresentados sinteticamente, há necessidade de aplicação da técnica contábil denominada Análise das Demonstrações Contábeis.

Íldicibus (2008) relata que os responsáveis pelo surgimento das análises de balanço foram os banqueiros, que desde a metade do século passado realizam esta análise, que surgiu com a necessidade de avaliar a situação econômico-financeira de uma instituição para qual seria feita a concessão de empréstimo, e com isso correr menos riscos.

De acordo com Matarazzo (1992) a Análise das Demonstrações Contábeis tem como escopo verificar a evolução da situação financeira e econômica da entidade. O autor afirma que a Análise de Balanços objetiva em extrair informações das Demonstrações Financeiras para a tomada de decisões.

As Demonstrações Contábeis fornecem uma quantidade de dados relativos à empresa e através da Análise de Balanços é possível transformar estes dados em informações úteis aos usuários.

Conforme Reis (2009, p.193) existem dois aspectos de análise dos demonstrativos: estático e dinâmico, onde “o aspecto dinâmico compreende com a atual situação da empresa sem levar em conta o passado ou o futuro; o aspecto dinâmico está ligado com a evolução da empresa, realizando um comparativo entre os resultados atuais com os anos anteriores”.

Cada informativo contábil tem características próprias, que trazem informações essenciais e específicas para a elaboração de planejamentos e auxiliam no gerenciamento do cotidiano da empresa.

2.4.1 Análise Horizontal

A Análise Horizontal compara os indicadores de vários períodos, tendo como finalidade principal indicar a variação de itens das Demonstrações Contábeis através de períodos, a fim de caracterizar tendências, medir a evolução, crescimento ou a diminuição. O que possibilita constatar as variações positivas ou negativas ocorridas.

Trata-se de discernir o ritmo de crescimento dos vários itens. A Análise Horizontal também é conhecida como análise de tendência ou análise de evolução.

Assaf Neto (2011) afirma que um número índice que é obtido através da conta em uma determinada data, e que será dividido por uma em sua data base, e ao fim multiplicados por 100.

Este tipo de análise demonstra a evolução ou não da empresa, serve para que com base nos resultados obtidos possam ser tomadas de decisões para reverter uma situação ruim e também possibilita a empresa permanecer com suas evoluções.

2.4.2 Análise Vertical

Também é conhecida por análise de estrutura, sua técnica é bastante simples, pois consiste em dividir todos os elementos do Ativo pelo valor do total desse mesmo Ativo e todos os valores do Passivo pelo total desse Passivo, justamente por possuir essa capacidade de mostrar o quanto cada elemento representa do todo é que a análise vertical é chamada de análise estrutural.

De acordo com Braga (2006, p. 146) análise vertical consiste:

No relacionamento dos valores das contas bem como do montante de cada grupo total- do ativo ou do passivo e patrimônio líquido, quando se tratar de balanço patrimonial, de cada componente do resultado com as respectivas receitas e/ou despesas etc., quando analisada a demonstração do resultado do exercício.

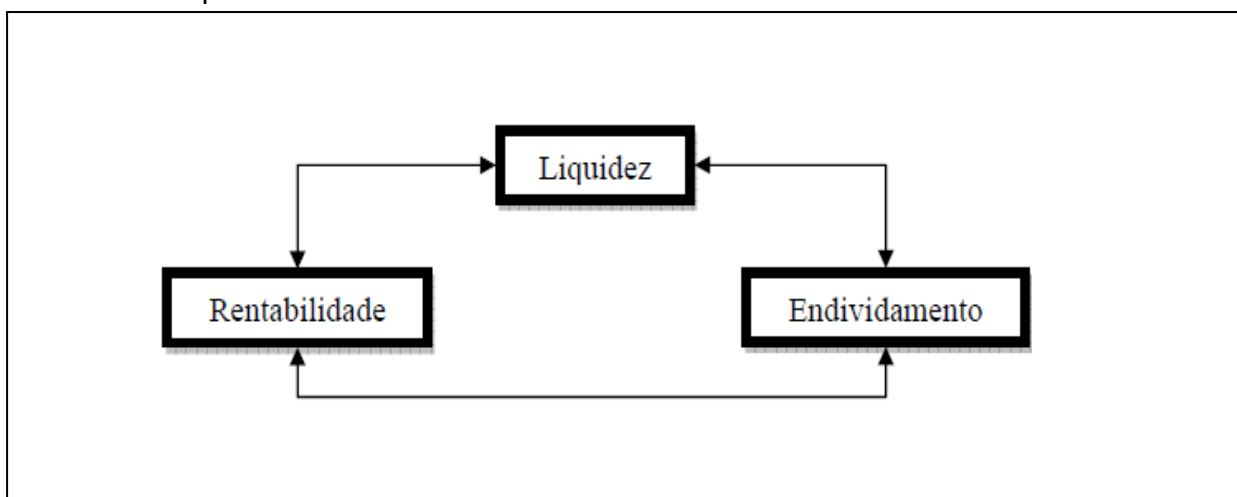
Este tipo de Análise é importante para avaliar a estrutura de composição de itens e sua evolução no tempo. A Análise Vertical possui uma sistemática de cálculo bastante simples, uma vez que consiste em fixar um período contábil como 100% e dividir os itens patrimoniais e de resultado dos demais períodos por esse período-base.

2.4.3 Tripé da Análise

As Demonstrações Contábeis fornecem dados para que sejam elaborados os indicadores econômico-financeiros, com o objetivo de sintetizar de forma analítica as variações do patrimônio, e as condições estruturais das contas financeiras ocorridas na empresa.

De acordo com Marion (2009) o Tripé da Análise proporciona condições para conhecer a situação econômico-financeira de uma empresa por meio dos três pontos da análise: Índice de Liquidez (situação Financeira), Índice de Rentabilidade (situação econômica) e Índice de Endividamento (estrutura do capital).

Quadro 3 - Tripé da Análise.



Fonte: Adaptado de Marion (2009).

Desta forma entende-se que o Tripé da Análise representa o equilíbrio, onde os índices de: liquidez, endividamento e rentabilidade proporcionam uma visão da empresa que será analisada.

2.4.3.1 Índices de Liquidez

Os Índices de Liquidez têm como objetivo apurar a capacidade de a empresa saldar suas obrigações com terceiros, ou seja, pagar seus passivos. De acordo com Marion (2007, p. 83):

São utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isto é, constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos. Essa capacidade de pagamento pode ser avaliada considerando: longo prazo, curto prazo e prazo imediato.

Braga (2006) afirma que a Análise de Liquidez tem o “objetivo de avaliar a capacidade de financiamento da empresa em relação às suas exigibilidades.”

Os Índices de Liquidez estão subdivididos em quatro Índices de Liquidez com nomenclaturas diferentes; Corrente, Seca, Geral e Imediata.

2.4.3.2 Liquidez Corrente

A Liquidez Corrente relaciona quantos reais estão disponíveis imediatamente e conversíveis em dinheiro no curto prazo, com relação às dívidas de curto prazo.

De acordo com Reis (2003) o Índice de Liquidez Corrente permite verificar a capacidade de curto prazo, ou seja, quanto a empresa tem de valores disponíveis e realizáveis dentro de um ano para garantir o pagamento de suas dívidas vencíveis no mesmo período.

Conforme a afirmativa de Braga (2006, p.155) explica que:

Este quociente verifica-se, teoricamente, quantas unidades monetárias a empresa possui para pagar cada unidade de sua dívida de curto prazo. Em outras palavras, destina-se a avaliar a capacidade da empresa para pagar as suas obrigações em curto prazo.

Padoveze e Benidicto (2010, p. 149) demonstram o cálculo de Liquidez Corrente da seguinte forma:

Quadro 4 - Fórmula para calcular índice de Liquidez Corrente.

$$LC = \frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo circulante}}$$

Fonte: Padoveze e Benidicto (2010, p. 149).

Os autores acima citados afirmam que de forma geral considera-se um bom índice um valor de 1,00. Caso este índice fique abaixo de 1,00 mostra que a empresa não possui capacidade para saldar seus compromissos de curto prazo.

Ainda segundo Braga (2006, p.155) afirma que “este índice tem por finalidade manter uma margem adequada de segurança financeira e ao mesmo tempo, atender ao nível de “encaixe”.

De modo geral pode-se dizer que quanto maior o índice de Liquidez Corrente melhor para a empresa.

2.4.3.3 Liquidez Seca

A Liquidez Seca é uma variante muito adequada para se avaliar conservadoramente a situação de liquidez da empresa. Este índice confronta o Ativo Circulante com o Passivo Circulante, porém o ativo circulante não é considerado na sua totalidade, os estoques são subtraídos. A subtração é uma forma de eliminar riscos de realização desse Ativo. Considera-se como um índice mais rígido e até com excesso de conservadorismo, pois os estoques foram avaliados adequadamente.

De acordo com Braga (2006, p.156) a Liquidez Seca como:

Verdadeira “prova do ácido” como alguns costumam denominar, já que, para muitas empresas não é de muita relevância, pela natureza de sua estrutura financeira (maior volume de vendas a vista por exemplo). Portanto este índice mede a capacidade da empresa em pagar suas obrigações sem ser forçada a vender seus estoques, mas como quociente de liquidez imediata ele deve ser interpretado com bastante prudência.

Padoveze e Benedicto (2010, p.151) afirmam que o indicador de Liquidez Seca mostra a capacidade que empresa apresenta para saldar a suas dívidas de curto prazo, tendo como base apenas os ativos circulante subtraindo os estoques.

O autor comenta que a intenção de se excluir os estoques é para verificar se a empresa possui ou não dependência das vendas para liquidar seus compromissos.

Sendo assim apresenta-se a fórmula para calcular o Índice de Liquidez Seca:

Quadro 5 - Fórmula para calcular índice de Liquidez Seca.

$$LS = \frac{\text{Ativo circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo circulante}}$$

Fonte: Santos (2001, p. 151).

Utilizando esta fórmula é possível calcular a Liquidez da empresa em curto prazo, este indicador mostra a capacidade que empresa tem de converter seu recurso circulante em caixa para cada R\$ 1,00 de dívida.

2.4.3.4 Liquidez Geral

O Índice de Liquidez Geral demonstra a saúde financeira de longo prazo do empreendimento. Engloba o total de Ativos Circulantes e Realizáveis a Longo Prazo com o total dos Passivos também Circulantes e Realizáveis a Longo Prazo. Pode-se considerar que esse índice representa quanto à empresa possui de Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo para cada unidade monetária de obrigação total.

De acordo com Reis (2003, p.179) o Índice de Liquidez Geral: “não faz restrição de prazo: compara todas as dívidas (a curto e a longo prazo) com a soma de todos os valores disponíveis e realizáveis em qualquer prazo”.

Para Padoveze e Benedicto (2010, p. 153) afirma. que:

[...] é um indicador que mostra a capacidade de pagamento geral da empresa, tomando como numerador os ativos circulantes e realizáveis em longo prazo, e como denominador os passivos totais (circulante e exigível a longo prazo). Esse indicador serve para detectar a saúde financeira (no que se refere à liquidez) de longo prazo da empresa.

O autor demonstra-se o cálculo da seguinte forma:

Quadro 6 - Fórmula para calcular índice de liquidez geral.

$$LG = \frac{\text{Ativo circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

Fonte: Padoveze e Benedicto (2010, p. 153).

O Indicador de Liquidez Geral mostra o quanto à empresa possui de recursos circulantes e de longo prazo R\$ 1,00 de dívida assumida. Desta forma entende-se que quanto maior este índice melhor para a empresa.

2.4.3.5 Liquidez Imediata

A Liquidez Imediata representa o valor que se dispõe imediatamente para saldar as dívidas de curto prazo. Este índice também pode ser chamado de índice de liquidez absoluta ou instantânea.

Segundo a afirmativa de Braga (2006, p.155) “esses quocientes medem a proporção de numerários que deve ser mantida pela empresa (Caixa e Bancos) a fim de atender a seus compromissos mais imediatos durante seus ciclos operacionais”.

Este índice é ainda mais restritivo do que o Índice de Liquidez Seca, pois confronta apenas as disponibilidades (Caixa, Bancos, Aplicações Financeiras de resgate imediato) com o total do Passivo Circulante.

De acordo com a afirmativa de Padoveze e Benedicto (2010, p. 152) o índice de liquidez imediata expressa realmente o que se caracteriza como liquidez, sendo que trabalha com os elementos patrimoniais do ativo circulante.

Quadro 7 - Fórmula para calcular índice de Liquidez Imediata.

$$LI = \frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo circulante}}$$

Fonte: Padoveze e Benedicto (2010, p. 152).

O Índice de Liquidez Imediata mostra quanto disponível a empresa possui para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo. Desta forma entende-se que quanto maior for este índice melhor para a empresa.

2.4.4 Índices de Rentabilidade

Os Índices de Rentabilidade indicam basicamente o lucro da empresa com relação aos custos e despesas realizados para sua obtenção e aos volumes de investimentos necessários e de recursos disponíveis. Normalmente são indicados em percentuais.

Pode-se afirmar que o Índice de Rentabilidade tem a capacidade de medir o rendimento do capital investido, mostram o sucesso ou insucesso empresarial. Geralmente são calculados sobre as receitas líquidas, porém o cálculo sobre a receita bruta pode ser interessante, deduzidas apenas as vendas canceladas e abatimentos (HOJI, 2009).

Segundo Íldicibus (2008, p. 102):

Expressar que a rentabilidade em termos absolutos tem uma utilidade informativa bastante reduzida. Afirmar que a General Motors teve um lucro, de digamos, 5 bilhões de reais , em 20X6, e que a empresa Descamisados Ltda. Teve um lucro de duzentos mil reais no mesmo período, pode impressionar no sentido de que o mundo vai perceber que a General Motors é uma empresa muito grande e a outra uma empresa muito pequena, e só; não refletirá, todavia, qual das duas deu maior retorno relativo.

Os números obtidos com as análises de rentabilidade serão evidenciados em porcentagens, e quanto maiores os valores melhor é situação da empresa.

2.4.4.1 Margem de Lucro

A Margem de Lucro relaciona o lucro bruto com as vendas líquidas, evidencia basicamente o percentual das vendas líquidas que não foi consumido pelos custos de produção ou de aquisição das mercadorias e serviços.

De acordo com Reis (2009, p. 293) a Margem de Lucro resulta na comparação entre o lucro operacional e o montante da receita líquida (vendas ou serviços).O autor apresenta o cálculo da margem bruta da seguinte forma:

Quadro 8 - Fórmula para calcular a Margem de Lucro.

$$ML = \frac{\text{Lucro Operacional} \times 100}{\text{Receita líquida}}$$

Fonte: Reis (2009, p.293).

Logo o autor reafirma que a Margem de Lucro indica em percentuais o lucro presente em cada unidade monetária de mercadoria vendida ou serviço prestado.

Desta forma entende-se que a Margem Lucro indica o grau de rentabilidade líquida das vendas, quanto maior o índice será melhor para a empresa.

2.4.4.2 Retorno de Investimento Total

O Retorno de Investimento Total faz uma comparação entre Lucro Operacional e o Ativo, onde se demonstra a capacidade de produzir lucro do total dos capitais aplicados pela empresa.

Reis (2009, p. 294) afirma que o presente índice é “também denominado de retorno sobre o investimento, pois informa o número de anos que decorrerão até que os lucros gerados possam cobrir o capital total investido”.

De acordo com o autor o cálculo é representado da seguinte forma:

Quadro 9 - Fórmula para calcular o Retorno de Investimento Total.

$$\text{RIT} = \frac{\text{Lucro Operacional} \times 100}{\text{Ativo (médio)}}$$

Fonte: Reis (2009, p. 294),

Este índice mostra a eficiência do departamento produtivo e vendas de uma empresa, pois o resultado depende do custo total do produto e o preço praticado.

2.4.4.3 Retorno sobre o Patrimônio Líquido

Este índice tem como finalidade verificar a capacidade de gestão do patrimônio próprio, pois quando se tem um Lucro Líquido para cada real do Capital Social investido e dos Lucros ou Prejuízos resultantes do período anterior.

Íldicibus(2008) afirma que este quociente de Retorno sobre o Patrimônio Líquido expressa os resultados globais recebidos pela gerencia na gestão de recursos próprios ou de terceiros, em benefício dos acionistas. Faz parte da administração financeira maximizar o valor de mercado para o possuidor de ações e estabelecer um fluxo de dividendos compensadores.

O autor resolve o calculo da seguinte forma:

Quadro 10 - Fórmula para calcular o Retorno sobre o Patrimônio Líquido.

$$\text{Quociente de Retorno sobre o PL} = \frac{\text{Lucro líquido} \times 100}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Fonte: Íldicibus (2008, p.107)

A pergunta que faz parte da análise é: qual o lucro para cada R\$ 1,00 de capital próprio investido? Pode então dizer que quanto maior for o valor, melhor é o resultado para a empresa.

2.4.5 Índices de Endividamento

Este índice mostra a posição relativa do Capital Próprio com relação ao Capital de Terceiros. Evidencia a participação do Capital de Terceiros em relação ao total do Passivo.

De acordo com Ildicibus (2008) os índices relacionam-se entre si, procuram mostrar entre a posição relativa do Capital Próprio em relação ao Capital de Terceiros. Possuem muita importância, pois indicam a relação de dependência da empresa com o Capital de Terceiros.

Em relação ao Índice de Endividamento Marion (2007, p.106) relata que “a proporção favorável seria de maior participação nas dívidas a longo prazo, propiciando à empresa tempo maior para gerar recursos que saldarão os compromissos”.

Para Padoveze e Benedicto (2010, p.154) os Índices de Endividamento servem para:

[...] transformar em percentuais a participação dos valores dos principais grupos representativos do balanço patrimonial, bem como mensurar percentualmente a sua relação com o capital próprio, representado pelo patrimônio líquido.

Desta forma pode-se dizer que os Índices de Endividamento possibilitam a avaliação e composição e a aplicação dos recursos da empresa.

2.4.5.1 Participação de Terceiros

Participação de Terceiros representa o que a empresa deve a terceiros, ou seja, relaciona as obrigações de curto e longo prazo com o dinheiro dos sócios investidos na empresa, decorrendo o capital próprio.

Borinelli (1998) apresenta a Participação de Terceiros como uma relação entre os dois meios de fonte de recursos que uma instituição possui: Capital Próprio e Capital de Terceiros (Passivo Circulante e Passivo não Circulante). E dessa

análise podemos constatar quanto a empresa assumiu de Capital de Terceiros para cada R\$ 1,00 de Capital Próprio investido.

Para calcular a Participação de Terceiros, Marion (2007) apresenta a seguinte fórmula para calcular este índice:

Quadro 11 - Fórmula para calcular a Participação de Terceiros.

$$\text{Participação de Capital de Terceiros} = \frac{\text{PC} + \text{PNC} \times 100}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Fonte: Marion (2009, p.95).

De acordo com Marion (2009) para a Participação de Capital de Terceiros deve se ter como interpretação o risco de insolvência, e não apenas a sua lucratividade.

2.4.5.2 Imobilização do Capital Próprio

O Índice de Imobilização do Capital Próprio constitui uma relação entre o que a empresa deve a terceiros e os valores dos sócios investidos na empresa, decorrendo o Capital Próprio.

De acordo com Santos e Barros (2005) para que seja analisado o grau de imobilização, é necessário que se faça uma comparação dos valores aplicados no ativo imobilizado.

Quadro 12 - Fórmula para calcular a Imobilização do Capital Próprio.

$$\text{Imobilização do Capital Próprio} = \frac{\text{Ativo permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Fonte: Matarazzo (2008, p.156).

Conforme evidencia Matarazzo(2008), quanto menor, melhor o valor encontrado, isso revela que a empresa não está imobilizando os seus recursos na empresa.

De acordo com os autores quanto menos recursos da própria empresa forem investidos em seu ativo permanente mais recursos ela terá para aplicar nos giro de seus negócios.

2.4.5.3 Composição do Endividamento

O Índice de Composição de Endividamento indica a concentração dos recursos de terceiros devidos em curto prazo. Confronta o Passivo Circulante com o total de Capital de Terceiros.

Marion (2009,p. 96) apresenta a fórmula da Composição de Endividamento da seguinte forma:

Quadro 13 - Fórmula para calcular a Composição do Endividamento.

$$\text{Composição do Endividamento} = \frac{\text{PC} \times 100}{\text{PC} + \text{PNC}}$$

Fonte: Marion (2009, p.96).

Pode-se afirmar que a Composição de Endividamento tem como finalidade identificar o percentual das dívidas de curto prazo em relação as obrigações totais. (BORINELLI, 1998).

2.4.6 Indicadores de Prazos Médios

Indicadores de Prazos Médios, também conhecidos como Ciclo Operacional, são calculados através dos elementos patrimoniais relacionados com os itens das DRE, que evidenciam o prazo de renovação dos elementos patrimoniais dentro de determinado período.

De acordo com Martins, Diniz e Gilberto (2012 apud ASSAF NETO, 2006) os Indicadores de Prazos Médios permitem que sejam realizadas uma análise de desempenho da organização e da necessidade de investimentos em giro.

De forma geral pode-se dizer que os Indicadores de Prazos Médios fornecem a média de recebimento de suas vendas, pagamento de seus fornecedores e renovação do estoque. Sendo assim, quanto maior for a velocidade de recebimento de vendas e de renovação de estoque, melhor para o desempenho da organização.

Para Junior e Begali (2009) os Indicadores de Prazos Médios possibilitam analisar os aspectos de capital de giro, através do ciclo financeiro e apresenta os

seguintes indicadores: Prazo Médio de Recebimento de Vendas (PMRV), Prazo Médio de Renovação de Estoque (PMRE) e Prazo Médio de Pagamento das Contas (PMPC).

Segundo a afirmativa de Matarazzo (2010, p.260):

A conjugação dos três prazos médios leva à análise dos ciclos operacionais e de caixa, elementos fundamentais para a determinação de estratégias empresariais, tanto comerciais quanto financeiras, geralmente vitais para a determinação do fracasso ou sucesso de uma empresa.

Sendo assim, os indicadores analisados de forma conjunta demonstram quanto tempo a empresa necessita para renovar seus estoques, pagar seus fornecedores e receber de seus clientes.

2.4.6.1 Prazo Médio de Recebimento de Vendas (PMRV)

O Prazo Médio de Recebimento de Vendas demonstra em dias o prazo médio que a empresa leva para receber de seus clientes por seus produtos vendidos e/ou serviços prestados.

Conforme Assaf Neto (2006) o Prazo Médio de Recebimento de Vendas pode determinar o tempo médio que se leva para receber pelo produto vendido, ou seja, informar o tempo que a empresa leva para receber as suas vendas realizadas.

Segundo Junior e Begalli (2009, p. 260) “o prazo médio de recebimento de vendas mostra o prazo médio das vendas praticado com os clientes ao longo do ano”.O autor apresenta a fórmula deste indicador da seguinte forma:

Quadro 14 - Fórmula para calcular o Prazo Médio de Recebimento de Vendas.

$$\text{PMRV} = \frac{\text{Média de duplicatas a receber} \times 360 \text{ (dias)}}{\text{Receita bruta de vendas a prazo}}$$

Fonte: Junior e Begalli (2009, p. 260).

Este indicador aponta a Média de Recebimento de Vendas em dias, ou seja demonstra o prazo para pagamento concedido a seus clientes, de modo geral, quanto menor for este índice melhor para a empresa. Quanto maior for este índice a necessidade de giro aumentará.

2.4.6.2 Prazo Médio de Pagamento das Compras (PMPC)

O Prazo Médio de Pagamento das Compras que demonstra a média em dias que empresa leva para pagar seus fornecedores.

Junior e Begalli (2009, p. 261) evidenciam que o prazo médio de pagamento de compras que foram obtidos ao longo do ano. O Autor afirma que de modo geral este índice quanto maior, melhor para a empresa.

Desta forma apresenta a fórmula do cálculo da seguinte maneira:

QUADRO 15: Fórmula para calcular o Prazo Médio de Pagamento a Fornecedor

$$\text{PMPC} = \frac{(\text{Média de duplicatas a pagar})}{\text{Compras a Prazo}} \times 360 (\text{dias})$$

Fonte: Junior e Begalli(2009, p.261)

Com este calculo de Prazo Médio de Pagamentos de Compras é possível comparar a média de duplicatas a pagar com as contas a prazo.

2.4.6.3 Prazo Médio de Renovação dos Estoques (PMRE)

O Prazo Médio de Renovação dos Estoques mostra a média em dias que a empresa leva para vender seus produtos.

Conforme Matarazzo (2010) o Prazo Médio de Renovação dos Estoques é análogo ao prazo médio de pagamento de compras e recebimento de vendas, porém com uma diferença, enquanto recebimento de vendas decorre das vendas passadas e o pagamento de compras, o estoque está relacionado com as vendas futuras.

Para Junior e Begalli (2009, p.260) o Prazo Médio de Renovação de Estoques “indica o prazo médio em que os produtos ficam parados no estoque ao longo do ano, considerando o período desde a entrada da matéria-prima até a saída do produto acabado”.

Sendo assim o autor apresenta a seguinte fórmula:

Quadro 16 - Fórmula para calcular o Prazo Médio de Renovação de Estoques.

$$PMRE = \frac{\text{(Média de estoques de mercadorias, matéria-prima)} \\ \text{produtos acabados e em processo} \\ \text{(dias)}}{\text{CPV (Custo dos Produtos Vendidos)}} \times 360$$

Junior e Begalli (2009, p. 261).

O autor comenta que na ausência de informações sobre o estoque, pode obter o saldo realizando o somatório dos saldos iniciais e finais da conta de estoques dividida por dois.

O Prazo Médio de Pagamento a Fornecedor mostra em quanto tempo a empresa está transformando seus estoques em vendas.

2.4.6.4 Ciclo Operacional

O Ciclo Operacional envolve o período entre a data da compra até o recebimento de cliente.

Para Matarazzo (2012):

O Ciclo Operacional mostra o prazo de investimento. Paralelamente ao Ciclo Operacional ocorre o financiamento concedido pelos fornecedores, a partir do momento da compra. Até o momento da pagamento aos fornecedores a empresa não precisa preocupar-se com o financiamento, o qual é automático.

Padoveze e Benedicto (2010) afirmam que o ciclo operacional compreende todas as ações necessárias para a gestão de sua atividade, desde o momento que se planeja a produção, o recebimento das compras até a gestão das vendas, entrega do produto e recebimento de vendas.

O autor evidencia que “o ciclo operacional corresponde a todas as ações necessárias exercidas para o desempenho de cada atividade. É o processo de gestão de cada atividade e inclui o planejamento, a execução e controle.

De forma geral pode-se afirmar que o Ciclo Operacional abrange a soma dos seguintes Indicadores: de Prazo Médio de Renovação, de Estoque e Prazo Médio de Recebimento de Vendas.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para a realização deste trabalho, para que se torne mais fácil e claro o entendimento de estudo proposto.

Quanto aos objetivos da pesquisa neste trabalho será utilizado o método descritivo, observando que serão realizadas as análises das demonstrações contábeis da empresa objeto de estudo.

Para Gil (1996, p.46) a pesquisa descritiva pode ser definida como:

[...] aquelas pesquisas que tem como objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental, etc. Outras pesquisas deste tipo são as que propõem a estudar o nível de entendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes, o índice de criminalidade que aí se registra etc [...].

No referencial teórico utilizado no desenvolvimento desta pesquisa também utilizará a pesquisa bibliográfica, serão abordados os conceitos sobre análise das demonstrações contábeis. Este tipo de pesquisa é desenvolvida a partir de um material que foi elaborado anteriormente, que podem ser materiais encontrados principalmente em artigos científicos e livro (GIL 1996).

Para Lakatos e Marconi (2001 p.183) descrevem a pesquisa bibliográfica onde “sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...]”.

Outro procedimento utilizado será o estudo de caso, onde serão aplicadas análises sobre demonstrações contábeis, isso ocorrerá por meio de um levantamento dos dados de uma concessionária situada em Criciúma. Martins (2008, p.19) define o estudo de caso como:

[...] uma estratégia metodológica de se fazer pesquisa nas ciências sociais e nas ciências de saúde. Trata-se de uma metodologia aplicada para avaliar ou descrever situações [...]. Busca-se apreender a totalidade de uma situação, e criatividade, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto, mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objetivo delimitado.

O estudo de caso será realizado em uma concessionária de veículos, situada no município de Criciúma.

Quanto à abordagem do problema de pesquisa será tanto quantitativa quanto qualitativa. A forma quantitativa será demonstrada de forma numérica os

valores de cada conta contábil cedidos pela empresa objeto de estudo, de forma simbólica demonstrando a situação patrimonial da mesma.

No que se refere à pesquisa quantitativa Martins e Theophilo (2009, p. 107) uma avaliação quantitativa constitui-se em: “organizar, sumarizar, caracterizar e interpretar os dados coletados”.

Quanto à pesquisa qualitativa serão analisados e interpretados os dados fornecidos pela empresa, com a finalidade de facilitar o entendimento e o conhecimento do andamento da empresa.

Jung (2004, p. 61) descreve como modelos qualitativos como aqueles que “são formulados a partir de descrições intuitivas do pesquisador, têm por finalidade a representação dos objetivos ou indivíduos e as relações associadas para a formulação de um modelo interativo”.

Estes foram os procedimentos adotados para elaboração deste trabalho de conclusão de curso.

4 ESTUDO DE CASO

Neste capítulo será apresentado os dados coletados na empresa. Através das análises realizadas na empresa que não autorizou a divulgação da sua identificação.

Realizou-se a análise da situação patrimonial da empresa, tendo em vista contribuir para a tomada de decisão econômica e auxiliar na análise do seu desempenho.

Inicialmente apresenta-se a história da chegada da marca ao Brasil, seguindo com a caracterização da empresa alvo do estudo de caso, logo serão descritos os procedimentos aplicados nos dados coletados. E por fim apresenta-se os resultados obtidos na pesquisa.

4.1 INÍCIO DA HISTÓRIA NO BRASIL

A história da marca Renault começa no Brasil em 1995, onde o grupo resolveu apostar na construção de uma fábrica em outro país, iniciando no ano seguinte a suas obras. Foi escolhido para a sua instalação a cidade de São José dos Pinhais, o chamado Complexo Ayrton Senna.

As fábricas produzem atualmente vários modelos como Logan, Sandero, Master entre outros.

De acordo com o que a Renault divulga em seu site, revela que a mesma estabelece juntamente com a Nissan uma parceria, denominada como Aliança Renault-Nissan, é uma parceria estratégica entre a montadora francesa Renault que possui a sua sede na França, com a Nissan que é uma empresa japonesa localizada em Yokohama no Japão. A Aliança vende 10% dos carros comercializados em todo o mundo. Estas parcerias estratégicas existem desde 1999, Renault e Nissan juntas venderam 8,1 milhões de carros em aproximadamente 200 países em 2012.

Além de sua parceria com a AutoVAZ, a Aliança tem acordos de colaboração estratégica com várias montadoras, como a alemã Daimler, a chinesa Dong Feng ou a indiana Ashok Leyland.

Atualmente a Renault do Brasil conta com cerca de 6 mil colaboradores diretos, gerando outros 25 mil postos de trabalho indiretos. A rede comercial alcança 204 pontos de venda em todo o país.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

A empresa foi fundada em Criciúma – SC no dia 24 de março de 2003, quando os atuais sócios compraram a bandeira Renault de outro proprietário que optou por se dedicar as lojas do Rio Grande do Sul e Florianópolis.

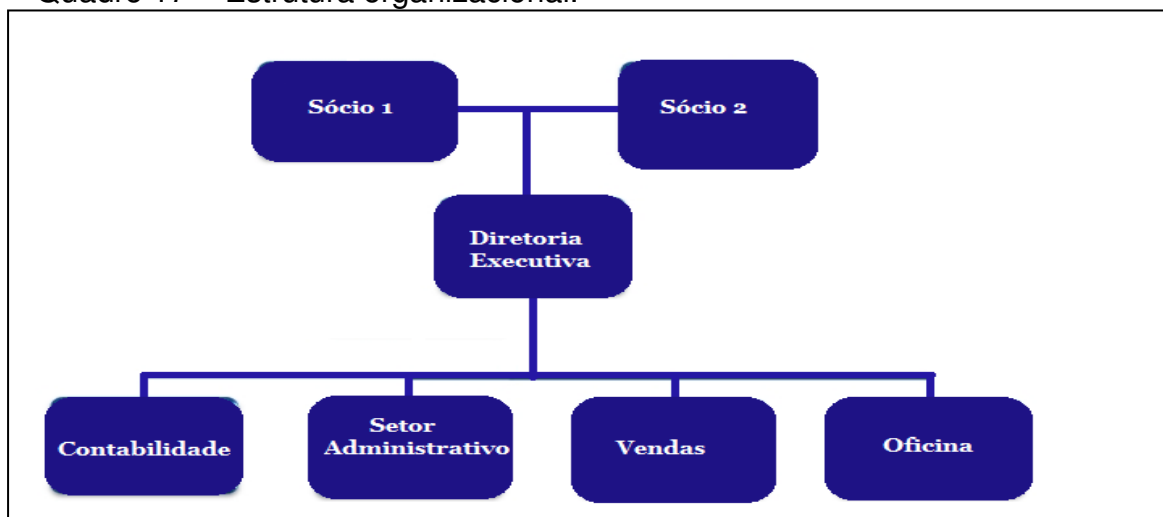
Atualmente continuam com o mesmo seguimento de comércio de veículos caminhonetas e utilitários novos. Além de atuar na área de venda de veículos a empresa também presta serviços de manutenção, instalação e revisão dos veículos vendidos na loja.

O regime de tributação utilizado é o Lucro Real, cuja apuração é feita mediante adições e exclusões ao lucro líquido do período da apuração do imposto e compensações de prejuízos fiscais autorizadas pela legislação do imposto de renda, de acordo com a Instrução Normativa SRF Nº 28 DE 1978. A apuração do imposto pode ser ela anual ou trimestral.

O quadro societário é o mesmo desde a fundação da organização, composto por dois sócios, ambos pessoas físicas.

A estrutura organizacional da empresa é composta pelos dois sócios, o diretor executivo e os setores de vendas, contabilidade, administrativo e oficina, conforme mostra o quadro 16.

Quadro 17 - Estrutura organizacional.



Fonte : elaborado pela autora

Recentemente a empresa implantou contabilidade interna, composta por um contador, e um assistente contábil.

4.3 PROCEDIMENTOS PARA OS DADOS COLETADOS

Os dados utilizados nesta pesquisa foram disponibilizados pelo contador da empresa com autorização dos proprietários da empresa.

Neste estudo de caso foram utilizados os Balanços Patrimoniais e Demonstrações do Resultado do Exercício dos anos de 2011 e 2012. Os dados disponibilizados pela empresa refletem a sua situação real, porém os números foram alterados.

4.3.1 Análise e apresentação dos dados coletados

Os resultados apresentados nesta pesquisa estão dispostos de acordo com os seguintes objetivos específicos: (1) Demonstrar a os índices com o intuito de evidenciar o aspecto econômico - financeiro da empresa; e (2) Verificar a situação patrimonial da empresa.

4.3.1.1 Análise da situação patrimonial

Nesta seção apresenta-se as Análise Vertical e Horizontal do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício.

4.3.1.2 Análise Vertical (AV)

Apresenta-se o Quadro (18) que demonstra a Análise Vertical do Ativo. Demonstram-se a participação em percentual em relação ao total do Ativo patrimonial.

Percebe-se que em 2011 o Ativo Circulante apresenta um percentual de 61,31% , e não circulante 38,69%, já no ano de 2012 os percentuais foram de 62,75% para ativo circulante e 37,25% para ativo não circulante

Quadro 18 – Análise Vertical do Ativo

Análise Vertical do Ativo				
	2011	AV%	2012	AV%
ATIVO CIRCULANTE	6.645.166,45	61,31	8.562.638,01	62,75
Disponibilidades	151.402,29	1,40	122.816,61	0,90
Caixa	32.517,52	0,30	16.821,57	0,12
Bancos	112.968,34	1,04	93.600,71	0,69
Numerário em Trânsito	5.916,43	0,05	12.394,34	0,09
Direitos Realizáveis	2.324.492,43	21,45	2.206.317,63	16,17
Duplicatas a Receber	2.090.873,93	19,29	1.902.962,46	13,94
Adiantamento a Fornecedor	89.286,27	0,82	94.372,13	0,69
Cartões de Crédito	141.273,94	1,30	198.855,86	1,46
Adiantamento a Funcionários	2.771,70	0,03	10.127,18	0,07
Icms a Compensar	286,59	0,00	-	-
Estoques	4.154.759,20	38,33	6.215.038,12	45,54
Estoques de Veículos p/ Revenda	3.394.849,27	31,32	5.140.717,95	37,67
Mercadorias p/ Revenda	759.909,94	7,01	1.074.320,18	7,87
Despesas do Exercício Seguinte	14.512,52	0,13	18.465,64	0,14
Premios de seguros a apropriar	14.512,52	0,13	18.465,64	0,14
ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.193.084,12	38,69	5.083.589,49	37,25
Aplicação de Liquidez não Imediata	2.927.865,37	27,01	4.054.853,86	29,71
Aplicação Financeira	64.045,23	0,59	68.635,50	0,50
FRV fundo	2.807.247,17	25,90	3.907.830,24	28,64
IRRF previsto s/ Aplicação FRV	56.075,97	0,52	77.051,31	0,56
IRRF previsto s/ Aplicação LC	497,00	0,00	1.336,82	0,01
Investimentos	1.666,67	0,02	1.666,67	0,01
Investimentos Sicoob	1.666,67	0,02	1.666,67	0,01
Imobilizado	1.263.552,09	11,66	1.027.068,96	7,53
Bens em operação	1.458.285,22	13,45	1.333.328,95	9,77
(-) Depreciação Acumulada	(194.733,14)	(1,80)	(306.259,99)	(2,24)
TOTAL DO ATIVO	10.838.250,57	100,00	13.646.227,50	100,00

Fonte: Elaborado pelo autora

. Estes percentuais evidenciam que no ativo circulante concentram-se nas duplicatas a receber e no estoque de veículos para revenda que em 2011 alcançam 19,29% e 38,33% respectivamente, já em 2012 as duplicatas a receber representam 13,94% do ativo total e os estoques tem 45,54% . No ativo não circulante apresenta um valor considerável nas aplicações de liquidez não imediata, este valor elevado encontra-se em sua maior parte na conta FRV Fundo. Este FRV Fundo funciona como uma espécie de garantia que a montadora exige da concessionária. Este investimento é uma forma de assegurar que o pagamento dos veículos novos será feito, o seu resgate é liberado pela financeira a longo prazo.

O Quadro (19) que demonstra a análise vertical do Passivo. Demonstram-se a participação em percentual em relação ao total do passivo patrimonial.

Quadro 19 – Análise Vertical do Passivo

Análise Vertical do Passivo				
	2011	AV%	2012	AV%
CIRCULANTE	6.052.149,67	55,84	6.786.720,74	49,73
Fornecedores Renault	4.210.658,24	38,85	4.769.644,82	34,95
Outros Fornecedores	551.428,19	5,09	179.173,74	1,31
Floor Plan Semi Novos	298.712,20	2,76	-	0,00
Empréstimos e Financiamentos	375.555,56	3,47	442.037,01	3,24
Obrigações Sociais	54.193,88	0,50	104.711,89	0,77
Encargos Sociais à Recolher	33.075,85	0,31	62.497,20	0,46
Provisões de Férias/ 13º Salário / Enc.	112.245,66	1,04	193.785,24	1,42
Obrigações fiscais	142.477,83	1,31	62.221,14	0,46
Adiantamento de Clientes	243.348,10	2,25	321.644,69	2,36
Alugueis a pagar	18.072,31	0,17	14.573,83	0,11
Outros Débitos	12.381,85	0,11	422.087,45	3,09
Juros de capital próprio a pagar	-	0,00	214.343,73	1,57
NÃO CIRCULANTE	1.058.383,91	9,77	2.304.497,60	16,89
Empréstimos e financiamentos bancários	1.058.383,91	9,77	2.304.497,60	16,89
PATRIMONIO LÍQUIDO	3727716,99	34,39	4555009,16	33,38
Capital Social	1.733.333,33	15,99	1.733.333,33	12,70
Reservas de Lucros	1.181.719,63	10,90	1.181.719,63	8,66
Resultado do Exercício 2011	812.664,03	7,50	812.664,03	5,96
Resultado do Exercício 2012		0,00	827.292,17	6,06
TOTAL DO PASSIVO	10.838.250,57	100,00	13.646.227,50	100,00

Fonte: Elaborado pela autora

O Quadro tabela acima se demonstra a Análise Vertical do Passivo. Nela é possível ver que no Capital de Terceiros de Curto Prazo tem uma participação de 55,84% e 9,77% no Capital de Terceiros de Longo Prazo somando em 2011 de 65,61% de Capital de Terceiro. No ano de 2012 ficando com o percentual de Capital de Terceiros de Curto Prazo de 34,95% e de Longo Prazo 33,38%, a redução do passivo circulante é resultado de uma redução nas contas a pagar a fornecedores, e também deixou-se de fazer financiamentos dos veículos semi-novos. Em contra ponto percebe-se que o Passivo não Circulante passa de 9,77% 2011 para 16,89% em 2012 devido o aumento em empréstimos e financiamentos..

No Quadro (20) mostra a análise vertical da demonstração do resultado do exercício. Demonstrem-se a participação em percentual em relação ao total da receita líquida.

Quadro 20 – Análise Vertical da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

Análise Vertical da Demonstração do Resultado do Exercício - DRE

	2011	AV%	2012	AV%
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	61.460.305,21		69.153.181,83	
Vendas de Veículos	57.292.966,95		63.519.037,00	
Vendas de Produtos	2.540.110,38		3.372.752,85	
Vendas de Serviços	539.099,88		694.690,04	
Retorno de financiamento	1.088.128,00		1.566.701,93	
DEDUÇÕES	(1.032.910,42)		(1.291.026,25)	
Devoluções e Abatimentos	(649.928,91)		(798.455,34)	
Impostos e Contribuições	(382.981,50)		(492.570,91)	
RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS E SERVIÇOS	60.427.394,79	100,00	67.862.155,58	100,00
CUSTOS DAS VENDAS E SERVIÇOS	(56.127.041,58)	(92,88)	(61.923.806,29)	(91,25)
LUCRO BRUTO	4.300.353,21	7,12	5.938.349,29	8,75
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	(2.996.721,06)	(4,96)	(4.168.614,85)	(6,14)
Despesas c/ Vendas	(841.779,35)	(1,39)	(762.782,02)	(1,12)
Despesas Gerais/Administrativas	(2.127.084,33)	(3,52)	(3.380.500,60)	(4,98)
Despesas Tributárias	(27.857,38)	(0,05)	(25.332,23)	(0,04)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(122.673,51)	(0,20)	(602.989,43)	(0,89)
Despesas Financeiras	(534.218,45)	(0,88)	(836.138,42)	(1,23)
Receita Financeira	411.544,93	0,68	233.148,99	0,34
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS	38.229,27	0,06	74.606,77	0,11
Ganhos e perdas de Capital	38.229,27	0,06	74.606,77	0,11
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	1.219.187,91	2,02	1.241.351,78	1,83
(-)Provisão p/Contrib. Social a Recolher	(109.726,91)	(0,18)	(111.721,66)	(0,16)
RESULTADO ANTES DO IRPJ	1.109.461,00	1,84	1.129.630,12	1,66
(-)Provisão p/IRPJ a Recuperar	(296.796,97)	(0,49)	(302.337,95)	(0,45)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	812.664,03	1,34	827.292,17	1,22

Fonte: elaborado pela autora

Observa-se que a conta que tem mais relevância é o custo, sendo que em 2011 representa 92,32% e em 2012 91,28%. Devido a sua atividade, a concentração das receitas encontra-se na venda de veículos, onde se tem o percentual de 94,98% em 2011 e 94,96% para 2012.

4.3.1.3 Análise horizontal (AH)

No Quadro (21) pode-se verificar a análise horizontal do ativo, nela tem-se a variação em percentuais das contas patrimoniais tendo como base o ano de 2011.

Quadro 21 - Análise Horizontal do Ativo

Análise Horizontal do Ativo			
	2011	2012	AH%
ATIVO CIRCULANTE	6.645.166,45	8.562.638,01	28,86
Disponibilidades	151.402,29	122.816,61	-18,88
Caixa	32.517,52	16.821,57	-48,27
Bancos	112.968,34	93.600,71	-17,14
Numerário em Trânsito	5.916,43	12.394,34	-52,27
Direitos Realizáveis	2.324.492,43	2.206.317,63	-5,08
Duplicatas a Receber	2.090.873,93	1.902.962,46	-8,99
Adiantamento a Fornecedor	89.286,27	94.372,13	5,70
Cartões de Crédito	141.273,94	198.855,86	40,76
Adiantamento a Funcionários	2.771,70	10.127,18	265,38
Icms a Compensar	286,59	-	-100,00
Estoques	4.154.759,20	6.215.038,12	49,59
Estoques de Veículos p/ Revenda	3.394.849,27	5.140.717,95	51,43
Mercadorias p/ Revenda	759.909,94	1.074.320,18	41,37
Despesas do Exercício Seguinte	14.512,52	18.465,64	27,24
Premios de seguros a apropriar	14.512,52	18.465,64	27,24
ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.193.084,12	5.083.589,49	21,24
Aplicação de Liquidez não Imediata	2.927.865,37	4.054.853,86	38,49
Aplicação Financeira	64.045,23	68.635,50	7,17
FRV fundo	2.807.247,17	3.907.830,24	39,21
IRRF previsto s/ Aplicação FRV	56.075,97	77.051,31	37,41
IRRF previsto s/ Aplicação LC	497,00	1.336,82	168,98
Investimentos	1.666,67	1.666,67	0,00
Investimentos Sicoob	1.666,67	1.666,67	0,00
Imobilizado	1.263.552,09	1.027.068,96	-18,72
Bens em operação	1.458.285,22	1.333.328,95	-8,57
(-) Depreciação Acumulada	(194.733,14)	(306.259,99)	57,27
TOTAL DO ATIVO	10.838.250,57	13.646.227,50	25,91

Elaborado pela autora

Destaca-se a evolução do Ativo Circulante que obteve uma variação de 28,86%, que apesar de apresentar uma redução nas disponibilidades de 18,88%. Nas contas de Direitos Realizáveis de Curto Prazo observa-se um aumento de 40,76% na conta de cartão de crédito se comparar o período de 2011 com 2012. A conta de adiantamento de funcionários apresentou uma evolução de 265,3% porém, em valores esse aumento não é significativo para a instituição.

Os estoques de mercadorias para revenda apresentaram um aumento de 41,37%, isso devido a política utilizada pela empresa, onde a gestão optou por trabalhar com um estoque maior para melhor atender seus clientes. Assim como o

estoque de peças e acessórios o estoque de veículos para revenda também cresceu 51,43% .

No ano de 2012 apresenta-se um aumento nas aplicações de liquidez não imediata de 39,21% na conta de FRV Fundão, que representa uma aplicação financeira feita na financeira Renault, que como já foi citado anteriormente são resgatadas a longo prazo.

As variações apresentadas no Quadro (21) contribuíram para o crescimento em 25,91% no ativo.

No Quadro (22) pode-se verificar a análise horizontal do passivo, nela tem-se a variação em percentuais das contas patrimoniais tendo como base o ano de 2011.

Quadro 22- Análise Horizontal do Passivo

Análise Horizontal do Passivo			
	2011	2012	AH%
CIRCULANTE	6.052.149,67	6.786.720,74	12,14
Fornecedores Renault	4.210.658,24	4.769.644,82	13,28
Outros Fornecedores	551.428,19	179.173,74	-67,51
Floor Plan Semi Novos	298.712,20	-	-100,00
Empréstimos e Financiamentos	375.555,56	442.037,01	17,70
Obrigações Sociais	54.193,88	104.711,89	93,22
Encargos Sociais à Recolher	33.075,85	62.497,20	88,95
Provisões de Férias/ 13º Salário / Enc.	112.245,66	193.785,24	72,64
Obrigações fiscais	142.477,83	62.221,14	-56,33
Adiantamento de Clientes	243.348,10	321.644,69	32,17
Alugueis a pagar	18.072,31	14.573,83	-19,36
Outros Débitos	12.381,85	422.087,45	3308,92
Juros de capital próprio a pagar	-	214.343,73	100,00
NÃO CIRCULANTE	1.058.383,91	2.304.497,60	117,74
Empréstimos e financiamentos bancários	1.058.383,91	2.304.497,60	117,74
PATRIMONIO LÍQUIDO	3727716,99	4555009,16	22,19
Capital Social	1.733.333,33	1.733.333,33	0,00
Reservas de Lucros	1.181.719,63	1.181.719,63	0,00
Resultado do Exercício 2011	812.664,03	812.664,03	0,00
Resultado do Exercício 2012		827.292,17	100,00
TOTAL DO PASSIVO	10.838.250,57	13.646.227,50	25,91

Fonte: Elaborado pela autora.

Na tabela acima apresenta a análise horizontal do passivo, dentre as que apresentam maior variação estão as Obrigações sociais, Empréstimos e financiamentos(de longo prazo), Fundos de capitalização Renault, Letra de cambio e o Patrimônio líquido

Observa-se que na Participação de Terceiros de Curto Prazo a conta que apresenta maior variação é a conta de Floor Plan Semi Novos que teve a redução total, isso decorrente de não serem mais feitos os financiamentos de veículos semi-novos, em contra ponto no ano de 2012 as Obrigações Sociais aumentam em 93,22% e consequentemente apresentaram aumento as contas de Encargos Sociais e Provisões em 72,64% e 88,95% respectivamente. Na Participação de Terceiros de Longo Prazo apresentou um aumento de 117,74% devido a necessidade de captar recurso de terceiros.

O Quadro (23) pode-se verificar a análise horizontal da demonstração do resultado do exercício, nela tem-se a variação em percentuais das contas patrimoniais tendo como base o resultado acumulado de 2011.

Quadro 23- Análise Horizontal da Demonstração do Resultado do Exercício.

Análise Vertical da Demonstração do Resultado do Exercício - DRE

	2011	2012	AH%
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	61.460.305,21	69.153.181,83	12,52
Vendas de Veículos	57.292.966,95	63.519.037,00	10,87
Vendas de Produtos	2.540.110,38	3.372.752,85	32,78
Vendas de Serviços	539.099,88	694.690,04	28,86
Retorno de financiamento	1.088.128,00	1.566.701,93	43,98
DEDUÇÕES	(1.032.910,42)	(1.291.026,25)	24,99
Devoluções e Abatimentos	(649.928,91)	(798.455,34)	22,85
Impostos e Contribuições	(382.981,50)	(492.570,91)	28,61
RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS E SERVIÇOS	60.427.394,79	67.862.155,58	12,30
CUSTOS DAS VENDAS E SERVIÇOS	(56.127.041,58)	(61.923.806,29)	10,33
LUCRO BRUTO	4.300.353,21	5.938.349,29	38,09
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	(2.996.721,06)	(4.168.614,85)	39,11
Despesas c/ Vendas	(841.779,35)	(762.782,02)	-9,38
Despesas Gerais/Administrativas	(2.127.084,33)	(3.380.500,60)	58,93
Despesas Tributárias	(27.857,38)	(25.332,23)	-9,06
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(122.673,51)	(602.989,43)	391,54
Despesas Financeiras	(534.218,45)	(836.138,42)	56,52
Receita Financeira	411.544,93	233.148,99	-43,35
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS	38.229,27	74.606,77	95,16
Ganhos e perdas de Capital	38.229,27	74.606,77	95,16
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	1.219.187,91	1.241.351,78	1,82
(-)Provisão p/Contrib. Social a Recolher	(109.726,91)	(111.721,66)	1,82
RESULTADO ANTES DO IRPJ	1.109.461,00	1.129.630,12	1,82
(-)Provisão p/IRPJ a Recuperar	(296.796,97)	(302.337,95)	1,87
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	812.664,03	827.292,17	1,80

Fonte: Elaborado pela autora

A Demonstração de Resultado do Exercício – DRE, da empresa examinada neste estudo de caso compreende os anos de 2011 e 2012.

Observa-se uma aumento na receita bruta de vendas e serviços de

12,52%, em relação a 2011 acompanhando essa evolução, o custo de vendas e serviços alcançou o percentual de 10,33%.

Em conta ponto nas Despesas/Receitas Operacionais apresentaram um aumento considerável, concentrando-se nas despesas gerais e administrativas de 58,93%, e uma diminuição nas despesas de vendas e tributárias, totalizando um aumento de 39,11% nas despesas operacionais.

4.3.2 Análise dos Índices

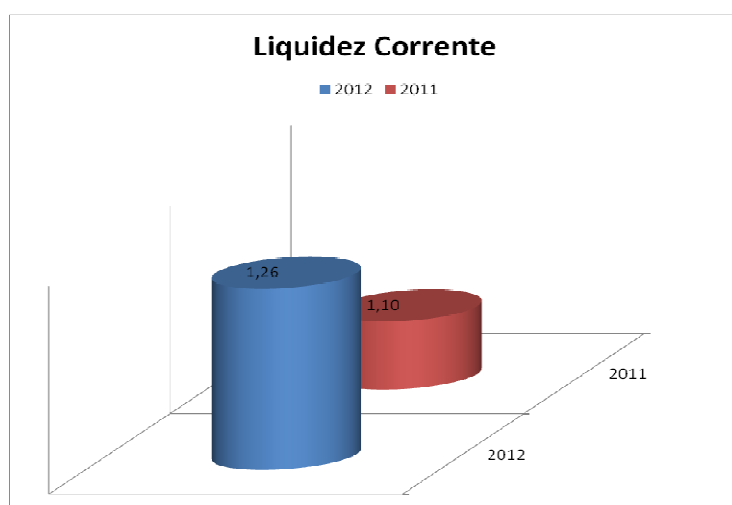
A partir dos dados fornecidos pela empresa objeto do estudo de caso foi possível apurar os índices e realizar a análise de cada um. Com base na análise destes índices e na observância de seu histórico possibilita que seus gestores definam metas, monitorem e acompanhem o que julgarem necessário.

4.3.2.1 Liquidez Corrente

Para elaborar o cálculo de Liquidez Corrente foram confrontados os valores encontrados nos balanços patrimoniais dos anos 2011 e 2012.

Através do Gráfico(1) pode-se examinar a liquidez corrente da empresa no ano 2011 era de 1,10 e para o ano de 2012 aumentou para 1,26.

Gráfico 1 – Liquidez Corrente.



Fonte: Elaborado pela autora.

Pode-se afirmar que para cada R\$ 1,00 de Passivos a Curto Prazo a empresa

possui R\$ 1,26 de Ativos com a mesma natureza para saldar suas obrigações. Sendo assim tem-se uma folga de R\$ 0,26 para cada real de obrigações de curto prazo. Esta evolução esta diretamente relacionada com os estoques, que aumentaram em 49,6% se compararmos 2012 em relação a 2011.

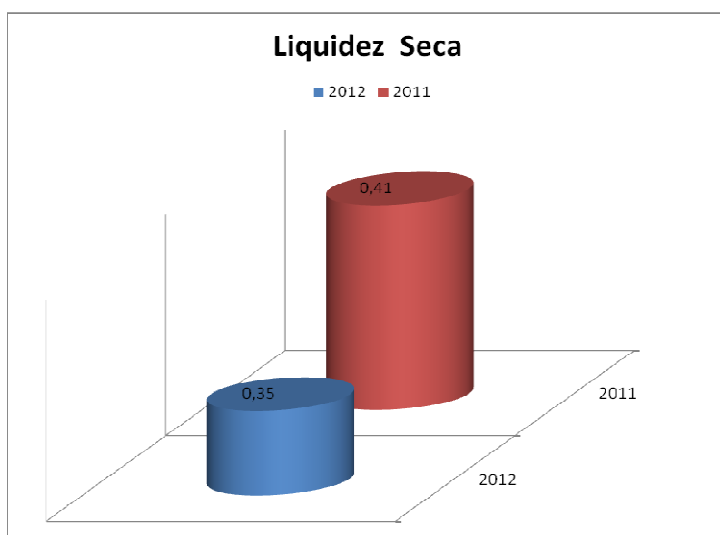
É importante que seja feito um acompanhamento do Índice de Liquidez corrente, pois o mesmo demonstra a capacidade de pagamento da empresa para suas obrigações de curto prazo.

4.3.2.2 Liquidez Seca

O Índice de Liquidez Seca promove a comparação entre o Passivo e o Ativo, porém diferentemente do Índice de Liquidez Corrente neste calculo desconsidera-se os estoques. Desta forma subentende-se que os estoques não serão convertidos em valores moeda. No ano de 2011 o Índice de Liquidez Seca era de 0,41, e reduziu em 2012 para 0,35.

Abaixo se demonstra com o Gráfico (2) a Redução do Índice de Liquidez Seca.

Gráfico 2 – Liquidez Seca.



Fonte:Elaborado pela autora

Percebe-se que excluindo os estoques a empresa não conseguirá saldar suas obrigações de curto prazo apenas com o Ativo Circulante.

No ano de 2012 para cada real de dívida de curto prazo a empresa possui apenas R\$ 0,35 centavos, tendo que buscar outro tipo de recurso para saldar suas

obrigações. Assim como na Liquidez Corrente a mudança neste índice atribui-se ao estoques, sendo assim a Liquidez Seca reduziu devido ao aumento nos estoques.

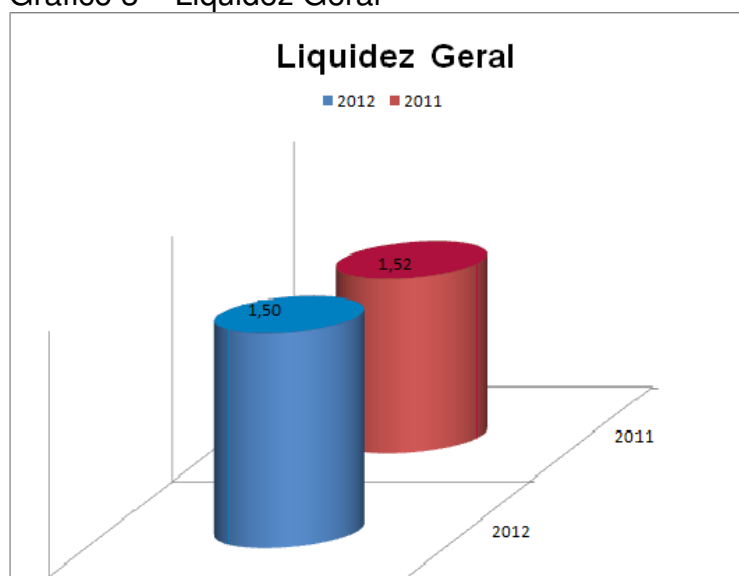
4.3.2.3 Liquidez Geral.

O índice de liquidez geral compreende a comparação do ativo e passivo circulante e não circulante.

Observando o Gráfico (3) percebe-se que nos anos examinados houve uma pequena variação deste índice, sendo que em 2011 ele é de 1,52 e para 2012 é de 1,50.

Sendo assim pode-se afirmar que em 2012 para cada real de dívida a empresa possui R\$1,50 de ativo para saldar suas dívidas. Desta forma se a empresa optar por quitar suas obrigações de curto e longo prazo tem-se uma folga de R\$ 0,50.

Gráfico 3 – Liquidez Geral



Fonte: Elaborado pela autora.

Destaca-se que o índice de liquidez geral não prevê o prazo que os ativos se converterão em moeda. Deve-se levar em conta que apesar pequena este índice apresentou uma redução.

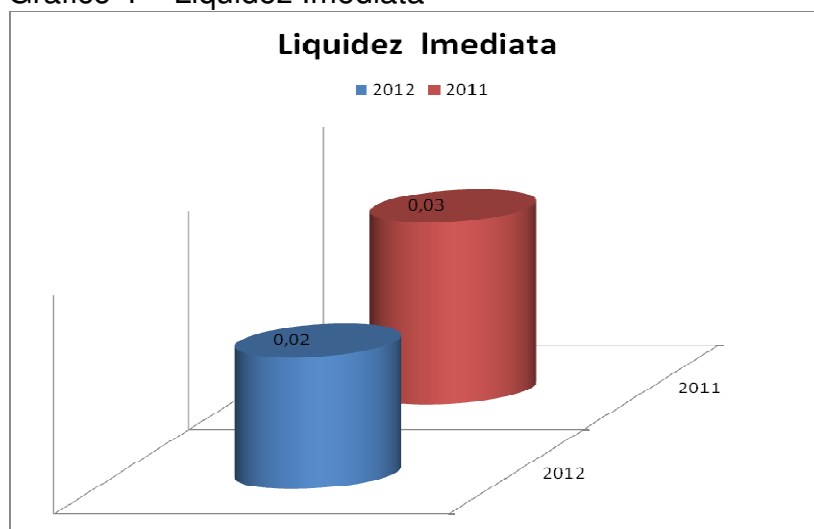
4.3.2.4 Liquidez Imediata

A liquidez imediata confronta as contas do grupo de disponibilidades com as

contas do passivo circulante. Este índice demonstra o quanto a empresa dispõe imediatamente para saldar suas dívidas de curto prazo.

O Gráfico (4) permite verificar que em 2011 este índice é de R\$ 0,03 e para o ano de 2012 ele é ainda menor apresentando o valor de R\$ 0,02.

Gráfico 4 – Liquidez Imediata



Fonte: Elaborado pela autora

Percebe-se que a entidade não possui recursos suficientes para liquidar suas obrigações de curto prazo apenas com o recurso de disponibilidade imediata. Sendo assim se houver a necessidade de saldar suas dívidas de curto a empresa terá que recorrer a outras formas de pagamento.

4.3.3 Índices de Rentabilidade

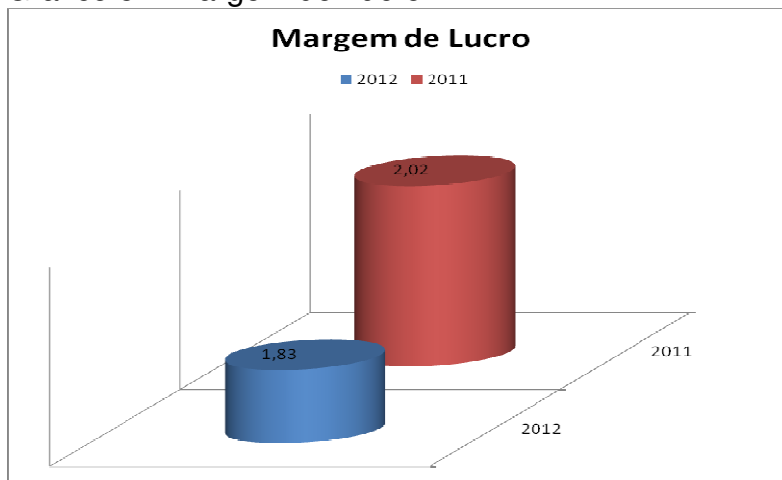
Os índices de rentabilidade têm a capacidade de medir o quanto o capital investido pela entidade está rendendo. Em outras palavras pode se afirmar que este índice demonstra o quanto a empresa tem de retorno.

4.3.3.1 Margem de Lucro

Pode-se afirmar que a margem de lucro consiste no confronto entre o Lucro Operacional com as receitas líquidas

O Gráfico (4) evidencia que a margem de lucro em 2011 é de 2,02% e em 2012 houve uma redução passando para 1,85%.

Gráfico 5 – Margem de Lucro



Fonte: Elaborado pela autora.

A empresa objeto do estudo de caso apresenta uma boa margem de lucro, ressaltando que as vendas aumentaram se comparamos 2011 com 2012.

Percebe-se que apesar das Receitas de 2012 superarem as de 2011, a empresa apresenta uma redução da sua Margem de Lucro, essa pequena variação está ligada diretamente com o aumento das Despesas Gerais e Administrativas.

4.3.3.2 Retorno de investimento total

O Índice de Retorno de Investimento demonstra o quanto de Lucro Operacional a empresa aplicou em seu ativo..

O Gráfico(6) demonstra o Retorno de Investimento total seguinte forma:

Gráfico 6 – Retorno de investimento total



Fonte: Elaborado pela autora

Com o auxílio do gráfico abaixo pode-ser perceber apresenta o percentual de 9,21% no ano de 2011, e em 2012 este índice reduz para 6,51%. Observa-se que a entidade demonstra índices positivos, porém vale destacar que a mesma apresenta uma redução de uma ano para o outro

Pode-se atribuir a redução de retorno de investimento total a diminuição do Lucro Operacional obtido em 2012 se compararmos com o ano de 2011.

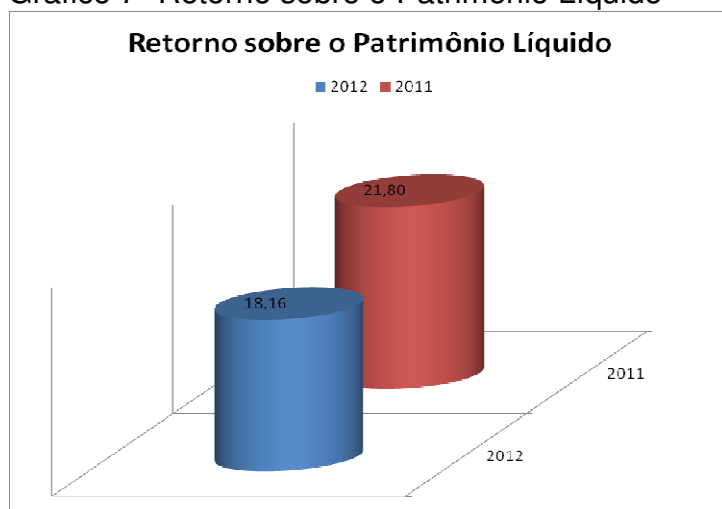
4.3.3.3 Retorno sobre o patrimônio líquido

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido mostra em percentuais o valor de Lucro Líquido que está relacionado ao patrimônio líquido.

O gráfico abaixo demonstra que no ano de 2011 seu índice era de 21,80% e em 2012 este índice reduziu para 18,16%.

Levando em conta que nos anos examinados a entidade obteve lucro, conforme o Gráfico (7) a seguir:

Gráfico 7- Retorno sobre o Patrimônio Líquido



Fonte: Elaborado pela autora.

A redução deste índice esta relacionada com os Lucros acumulados do ano de 2012, o que contribuiu para uma aumento no Patrimonio Líquido de 22,19%se compararmos com 2011.

Pode-se afirmar que apesar desta redução significativa a entidade continua com um bom índice, e que se mantém com uma rentabilidade do patrimônio líquido positiva.

4.3.4 Índice de Endividamento

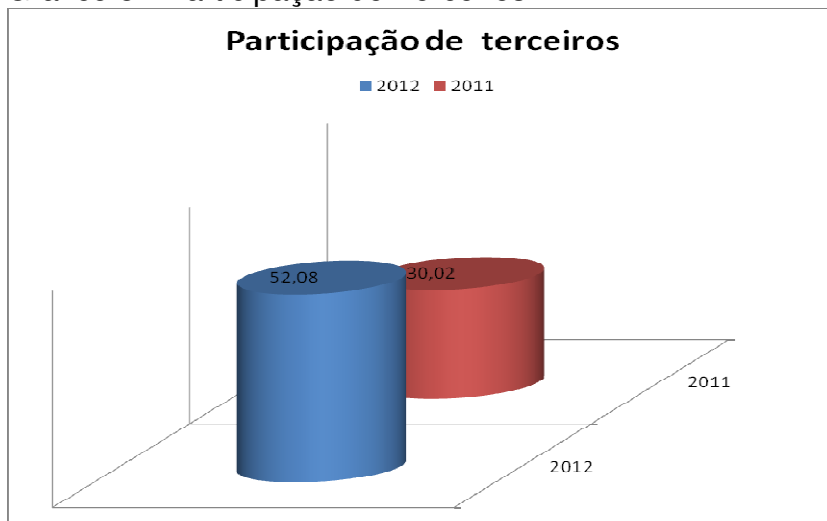
Com base na abordagem teórica pode-se afirmar que os indicadores de endividamento evidenciam a estrutura que compõe o endividamento em relação ao capital próprio ou de terceiros.

4.3.4.1 Participação de terceiros

O índice de participação de terceiros demonstra o quanto de patrimônio líquido está comprometido em relação das dívidas totais.

O Gráfico (8) abaixo evidencia essa participação.

Gráfico 8 - Participação de Terceiros



Fonte: Elaborado pela autora.

Observando o gráfico acima pode-se afirmar que em 2012 para cada real de patrimônio líquido a entidade possui R\$52,08 de exigível total neste ano. É possível ver este índice apresentou um aumento considerando que no ano de 2011 a empresa possuía R\$ 30,02 para cada real, o que ocasionou a elevação deste índice foi o aumento de 117,74% nos empréstimos de longo prazo.

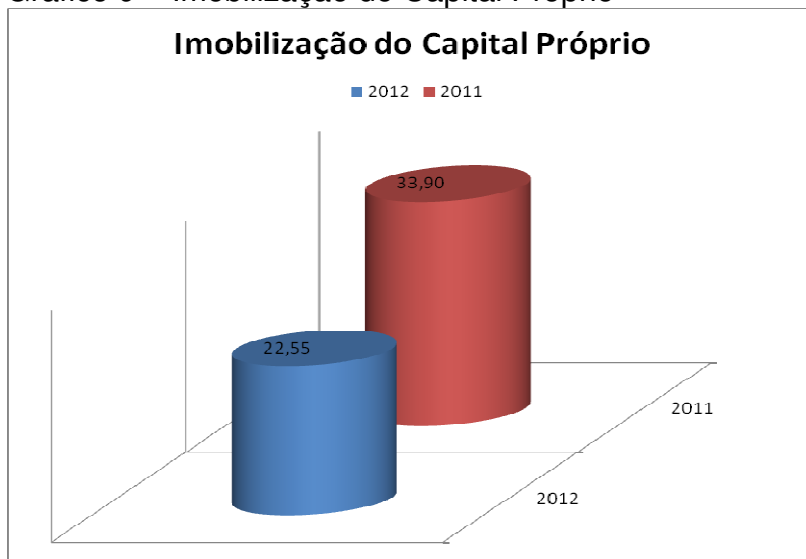
4.3.4.2 Imobilização do Capital Próprio

O índice de imobilização do capital próprio demonstra a relação entre o ativo

imobilizado e o patrimônio líquido.

Abaixo o Gráfico (9) revela que em 2012 para R\$ 100,00 que a empresa possui de patrimônio líquido tem-se R\$ 22,55 de ativo permanente. Nota-se uma diminuição da imobilização do capital próprio se compararmos com o ano anterior onde se tem R\$100,00 para R\$33,90 de ativo permanente.

Gráfico 9 – Imobilização do Capital Próprio



Fonte:Elaborado pela autora.

É possível afirmar com base no referencial teórico desta pesquisa que a empresa possui um bom índice de imobilização do capital próprio, pois quanto menor for ele, significa que a entidade não está imobilizando os recursos próprios.

Esta redução é um ponto positivo para a empresa, pois quanto menos a entidade imobilizar o seu capital, mais recursos próprios sobrarão para seu ativo circulante, e consequência disso a necessidade de captar recursos de terceiros irá reduzir.

4.3.4.3 Composição do endividamento

A Composição do Endividamento promove a comparação do passivo circulante em relação ao passivo não circulante

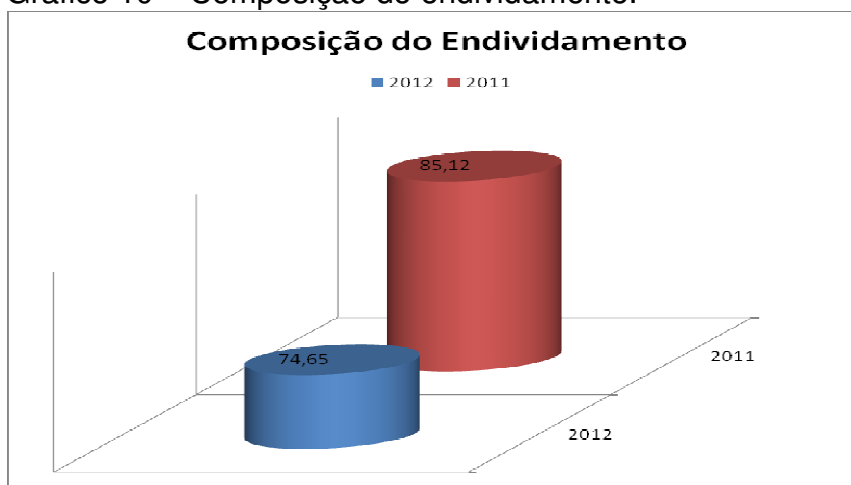
O gráfico (10) apresenta a Composição do Endividamento dos anos examinados, nele evidencia-se que a Composição do Endividamento da Empresa.

Sendo assim percebe-se que no ano de 2011 a empresa apresentou 85,12%

de suas dívidas era de curto prazo, em 2012 este índice reduziu para 74,65% em 2012. Apesar de apresentar uma redução significativa em suas dívidas de curto prazo, a empresa possui a maior parte de suas dívidas no passivo circulante, o que de certa forma não se torna vantajoso por se tratarem de obrigações de curto prazo o tempo para saldá-las é menor.

A partir dos percentuais apresenta-se o Gráfico(10) para demonstrar a Composição do Endividamento.

Gráfico 10 – Composição do endividamento.



Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico acima expressa a importância que a análise apresenta possui para a entidade. Podemos verificar que no total de capital de terceiros a entidade possui 85,12% de suas obrigações de curto prazo em 2011, já em 2012 esta participação tem uma redução, passando para 74,65%.

4.3.5 Indicadores de prazos médios

Indicadores de prazos médios nos mostram a média em dias da renovação de estoque, recebimento de vendas e pagamento a fornecedores.

Os indicadores de prazos médios também são conhecidos como indicadores operacionais, pois os mesmos evidenciam quanto tempo os recursos disponíveis na entidade levam para ser renovados.

A Tabela(7) mostra os indicadores de prazos médios :

Quadro 24 - Indicadores de prazos médios

Indicadores Prazos Médios		
Prazos Médios em dias	2011	2012
Prazo Médio de Recebimento	17	21
Prazo Médio de Pagamento	37	55
Prazo Médio de Estocagem	31	48

Fonte:Elaborado pela autora.

A partir dos dados fornecidos pela empresa foi possível calcular os prazos médios acima demonstrados com o auxílio da Tabela 7.

Observa-se que o prazo médio de recebimento de vendas em 2011 era de 17 dias , já em 2012 passou para 21 dias. O prazo médio de pagamento de compras em 2011 foi de 37 dias, em 2012 este prazo aumentou para 55 dias. Já o prazo médio de estocagem demonstra em dias quanto tempo o estoque leva para se renovar. Em 2011 a empresa apresentou 31 dias para renovar seus estoques, no ano de 2012 obteve um aumento pra 48 dias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou mostrar o quanto a análise das demonstrações contábeis é uma importante ferramenta de gestão, que auxilia na tomada de decisão assertiva. Desta forma o conhecimento deste instrumento de gestão possibilitou por meio do presente estudo de caso conhecer o potencial que a análise das demonstrações contábeis têm no processo decisório de uma concessionária de veículos .

Por meio do estudo de caso foram examinados as demonstrações contábeis sendo elas o Balanço patrimonial e a Demonstração do resultado do exercício dos anos 2011 e 2012, que por solicitação dos sócios não mostram os dados reais.

Com relação ao primeiro objetivo específico deste trabalho, demonstrar os índices com o intuito de evidenciar o aspecto econômico financeiro da empresa, foi possível analisar os indicadores de liquidez, endividamento, rentabilidade e operacionais. Nota-se que as suas receitas aumentaram se fizermos o comparativo de 2011 com 2012, e reflexos disto as despesas gerais e de vendas aumentaram significativamente.

Quanto ao segundo objetivo específico, verificar a situação patrimonial da empresa, foi possível observar que nos anos examinados a sua situação vem aumentando a cada ano, assim como o Lucro líquido. Observa-se um aumento nos estoques, que este relacionado diretamente com uma decisão estratégica da gestão da empresa. Em contra ponto as receitas , as disponibilidades em caixa reduziram expressivamente devido o aumento das vendas a prazo. Esta análise possibilita que a entidade desenvolva controles que maximizem seus resultados, para isso é necessário que os gestores se atentem ao histórico e a evolução da empresa acompanhando e planejando novas estratégias.

Analisando os dados da entidade conclui-se que a análise das demonstrações contábeis é uma ferramenta dinâmica que possibilita a visão da empresa como um todo. Pode-se afirmar que a realização das análises e seu acompanhamento proporcionam a otimização de seus resultados e facilitam o processo de decisões na empresa.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 7ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BORINELLI, Márcio Luiz. **A identificação do ciclo de vida das pequenas empresas através das demonstrações contábeis**. Florianópolis: UFSC, 1998. Dissertação de mestrado. Disponível em: <<http://www.eps.ufsc.br/disserta98/borinelli/index.html>>. Acesso em: 26 maio 2013.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis**: estrutura, análise e interpretação. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CALIXTO, Fabiano de Andrade. **Fundamentos e processos**. Curitiba: IESDE Brasil AS., 2008. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books>>. Acesso em: 26 maio 2013

FRANCO, Hilário. **Estrutura, análise e interpretação de balanços**: de acordo com a Lei das S.A (Lei nº 6.404, de 15-12-1976), 15 ed. São Paulo: ed .Atlas, 1992

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GONÇALVES, Eugenio Celso; BAPTISTA, Antonio Eustáqui. **Contabilidade Geral**. 6 ed. São Paulo: Atlas 2007.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira na prática**: guia para educação financeira corporativa e gestão financeira pessoal. Atlas, 2009.

ÍLDICIBUS, Sergio de. **Análise de balanços**, 9 ed rev.e atual São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBOCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

JUNG, Carlos Fernando. **Metodologia para pesquisa e desenvolvimento: aplicada a novas tecnologias, produtos e processos**. Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil, 2004.

LAKANTOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia científica**. 3 ed. Ver. e ampl. São Paulo: ed Atlas, 1995.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial. 3 ed São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial. 5 ed São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso**: Uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. São Paulo: USP 2008. **Revista de contabilidade e organizações**. Disponível em: <<http://www.revistausp.sibi.usp.br/>>. Acesso em: 06 jun. 2013.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para as ciências sociais aplicadas**. 2 ed. São Paulo; Atlas, 2009.

MATARAZZO, Dante c. **Análise financeira de balanços**: abordagem gerencial. 7 ed São Paulo: Atlas, 2010.

PIERITZ, Otavio. **Concessionárias de Automóveis**: Estratégias competitivas e relações de dependência com montadoras e bancos das montadoras. Blumenau: FURB, 2003. Disponível em: <<http://www.proxy.furb.br/ojs/index.php/rn/article/download/303/290>> Acesso em: 30 maio 2013

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações Contábeis**: estrutura e análise. São Paulo: ed Saraiva, 2003.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços fácil**, 8 ed, São Paulo: Saraiva, 2009

RENAULT DO BRASIL. 2013. Disponível em : http://www.renault.com.br/mais_renault/alianca_renault_nissan/. Acesso 10 de outubro de 2013.

SÀ, A. Lopes de. **Teoria da contabilidade**. 3 ed São Paulo: Atlas, 2002.

SANTOS, Cleônimo dos; BARROS, Sidney Ferro. **Curso estrutura e análise de balanço**. São Paulo: IOB Thomson, 2005.

SANTOS, Edno Oliveira dos: **Administração financeira da pequena e média empresa**. 1. ed . São Paulo: Atlas, 2001.